

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E
PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL**

Rafael Moreira Gonçalves

**DA IRA DE DEUS À DEFESA CIVIL:
Um estudo de caso sobre o terremoto de Lisboa de 1755**

Belo Horizonte
2024

Rafael Moreira Gonçalves

**DA IRA DE DEUS À DEFESA CIVIL:
Um estudo de caso sobre o terremoto de Lisboa de 1755**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável, do Programa de Pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Gustavo Von Kruger

Belo Horizonte
2024

G635i

Gonçalves, Rafael Moreira.

Da ira de Deus à defesa civil [recurso eletrônico] : um estudo de caso sobre o terremoto de Lisboa de 1755 / Rafael Moreira Gonçalves. - 2024.

1 recurso online (p. 62: il.).

Orientador: Paulo Gustavo von Kruger

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Arquitetura.

1. Terremotos - Lisboa (Portugal) - Teses. 2. Calamidades públicas - Teses. 3. Defesa civil - Teses. I. Kruger, Paulo Gustavo von. Universidade Federal de Minas Gerais. Escola de Arquitetura. VI. Título.

CDD 363.34



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
ESCOLA DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL

ATA DA DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO(A) ALUNO(A) **Rafael Moreira Gonçalves**, nº de matrícula **2021719035**, DO CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE CONSTRUÍDO E PATRIMÔNIO SUSTENTÁVEL DA ESCOLA DE ARQUITETURA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Aos quinze dias, do mês de julho do ano de dois mil e vinte e quatro, às nove horas horas, por videoconferência, reuniu-se a Comissão Examinadora de Dissertação para julgar o trabalho "DA IRA DE DEUS À DEFESA CIVIL:Um estudo de caso sobre o terremoto de Lisboa de 1755", requisito para a obtenção do grau de Mestre(a) na área interdisciplinar de concentração em "Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável". Abrindo a sessão, o(a) orientador(a) professor(a) doutor(a) Paulo Gustavo Von Kruger, após expor as Normas Regulamentares do Trabalho Final pediu para o(a) aluno(a) iniciar a apresentação do trabalho. Seguiu-se arguição pelos examinadores com a respectiva defesa do(a) candidato(a). Logo após, a comissão reuniu-se sem a presença do(a) mestrando(a) e do público, para julgamento e expedição do seguinte resultado:

- Aprovação.
- Aprovação com solicitação das revisões constantes nesta ata.
- Reprovação.

O resultado final foi comunicado publicamente ao(à) candidato(a) pelo(a) Presidente da Comissão.

Nada mais havendo a tratar, o(a) Presidente encerrou a reunião e lavrou a presente ata, que será assinada por todos os membros participantes da Comissão Examinadora.

Prof. Dr. Antonio Maria Claret de Gouveia

Associação Mineira de Engenharia de Incêndio/AMEI

Prof. Dr. Eduardo Gomes Pinheiro

Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Paraná/CBMPR

Prof. Dr. Paulo Gustavo Von Kruger - Orientador

Escola de Arquitetura/UFMG

Profa. Dra. Renata Maria Abrantes Baracho Porto

Escola de Arquitetura/UFMG

Belo Horizonte, 15 de julho de 2024.

Homologado pelo Colegiado do Programa dos cursos de Pós-Graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável:

Profa. Dra. Cynara Fiedler Bremer - "Ad Referendum"

Subcoordenadora do PPG-ACPS

Assinatura dos membros da banca examinadora:



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Gustavo Von Kruger, Professor do Magistério Superior**, em 15/07/2024, às 19:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Maria Claret de Gouveia, Usuário Externo**, em 16/07/2024, às 11:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **eduardo gomes pinheiro, Usuário Externo**, em 16/07/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cynara Fiedler Bremer, Professora do Magistério Superior**, em 16/07/2024, às 16:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Maria Abrantes Baracho Porto, Professora do Magistério Superior**, em 17/07/2024, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3376498** e o código CRC **1EA6E644**.

Dedicatória

Mais de cinquenta mil pessoas morreram neste evento adverso. Morreram soterradas, afogadas, queimadas. Morreram de medo, de tristeza. Perderam tudo que conheciam, inclusive a própria cidade.

O cenário mais aterrorizante, o pior pesadelo, não representa o que houve naqueles dias que se seguiram ao terremoto e por isso, este trabalho deve ser escrito com total respeito aquelas pessoas.

Tanto, as que se pereceram, quanto as que sobreviveram.

É difícil pensar em desastres, não é um assunto atrativo. Não é algo que as pessoas gostem de conversar. Mas é necessário.

Esta pesquisa é dedicada a todos aqueles que de alguma forma trabalham com a Gestão de Riscos e Desastres. Ao arriscar suas vidas, vocês possibilitam que inúmeras outras sejam salvas.

É um orgulho saber que a Defesa Civil somos todos nós e que de alguma forma, ainda que mínima, posso me considerar parte deste sistema que tanto me encanta e surpreende.

AGRADECIMENTOS

Não sou um homem que gosta de escrever. Não sou bom com as palavras. Talvez por isso, desde o início deste trabalho, sempre me preocupou o momento de, finalmente, agradecer.

Escrever este trabalho, inspirado nos trabalhos da Dra. Helena Rosmaninho, minha mulher, foi, desde o início, um desafio. Já pensou estudar o assunto preferido da sua mulher? Todas as vezes que eu falava que havia completado uma parte do texto, ela me pedia para conferir... Conferir, não disse ler, disse conferir.

Mas antes de agradecer a Helena, preciso falar de outra mulher, talvez a mais importante da minha vida. Dona Rose. Mãe, muito obrigado por me acordar e me obrigar a ir à escola. Obrigado por me cobrar e me fazer estudar. Não imaginamos que chegaríamos tão longe né? Mas, se conseguimos, foi por sua causa.

Agradeço aos meus pais, minhas irmãs, meu cunhado e toda a minha família. Sou o primeiro Mestre da casa e provavelmente serei “o primo que já fez faculdade e tem até um mestrado e um MBA”. Nunca achei que seria o primo de sucesso.

Agradeço e sempre agradecerei à Universidade Federal de Minas Gerais. É um orgulho estudar aqui. Na pessoa do meu orientador, Dr. Paulo von Krüger, agradeço a todos os demais professores e colegas. Agradeço a CAPES, que financiou meus estudos e permitiu que eu me dedicasse exclusivamente a eles.

Agradeço aos meus amigos, eles não têm a menor ideia do que eu estudo, apesar de já ter tentado explicar, mas estão felizes com o possível título.

Agradeço a Helena, minha mulher por “corrigir” meus textos, me ajudar com os fichamentos e conversar de forma super empolgada comigo, sobre as mais de cinquenta mil pessoas que morreram neste evento adverso que estudamos. Agradeço por me apresentar o universo acadêmico e fazer com que eu seja parte dele.

Agradeço a Deus, porque sem Ele, nada é possível.

Obrigado.

RESUMO

Era um dia comum, apesar de um feriado religioso, não havia nada que pudesse demonstrar o perigo iminente e o caos que estava para ocorrer. As pessoas saíram de casa, foram orar, trabalhar, viver a vida. E então, a terra tremeu, o mar subiu, e o fogo chegou. Lisboa foi arrasada. Muitos mortos, muitos feridos e tantos outros fugindo da tragédia. O Rei não sabia como agir, a Igreja, acusava os pecadores e temia um castigo divino. Ocorre que terremoto de Lisboa, ressignificou os desastres. Até 1º de novembro de 1755, eventos catastróficos eram associados à punição divina pelos pecados da humanidade, de fato. A mudança ocorre quando, ao assumir a gestão de Lisboa no meio do caos, o Marquês de Pombal afasta a teologia e organiza o território através de uma sequência de fatos lógicos. Esta pesquisa visa demonstrar como o terremoto de Lisboa em 1755 influenciou a gestão de desastres atual e a Defesa Civil, como política pública.

Palavras-chave: Lisboa; Gestão de Desastres; Terremoto.

ABSTRACT

It was an ordinary day, despite a religious holiday, there was nothing that could demonstrate the imminent danger and the danger that might occur. People left home, went to pray, work, live life. And then the earth shook, the sea rose, and the fire came. Lisbon was razed. Many dead, many injured and so many others fleeing the tragedy. The King did not know how to act, the Church, accused sinners and feared divine punishment. It so happens that the Lisbon Earthquake has given new meaning to disasters. Until November 1, 1755, catastrophic events were associated with punishment for the sins of humanity, indeed divine. The change occurs when, by taking over the management of Lisbon in the midst of chaos, the Marquis of Pombal pushes away theology and the organization of the territory through a sequence of logical facts. This research shows how the Lisbon earthquake in 1755 influenced current disaster management and Civil Defense, as a public policy.

Keywords: Lisbon; Disaster Management; Earthquake.

LISTA DE IMAGENS

Figura 01 – Gravura de Matteus Sautter, representando Lisboa, antes do Terremoto de 1755.....	14
Figura 02 - panfleto intitulado <i>Juízo da verdadeira causa do terremoto</i>	21
Figura 03: Terremoto em Lisboa (1755)	24
Figura 04 – representação da cidade de Lisboa antes de 1755.....	33
Figura 05 – Capa do Tratado da Conservação da Saúde dos Povos: considerações sobre os terremotos, com a notícia dos mais considerais, de que faz menção a história, e dos últimos que se findaram na Europa, desde 1º de novembro de 1755.....	36
Figura 06 – Planta do projeto nº 5 – Reconstrução de Lisboa.....	39
Figura 07 apresenta a edificação tipo A, B e C.....	40
Figura 08 – Gaiola Pombalina – estrutural.....	41
Figura 09 – modelo em miniatura da gaiola pombalina	42
Figura 10 – Mapa representando o Centro histórico do Rio de Janeiro – 1832.....	50

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

EIRD	Estratégia Internacional para Redução de Desastres
FCDA	Federal Civil Defense Administration
GRD	Gestão de Risco de Desastres
IDNDR	Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais
MAH	Marco de Ação de Hyogo
ONU	Nações Unidas
UNDRO	Escritório das Nações Unidas para a Assistência em Desastres
UNDRR	Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	5
2. COMPREENDENDO UM DESASTRE DE 268 ANOS: Metodologia	8
3. A IRA DE DEUS E OS DESASTRES NATURAIS	11
4. O TERREMOTO DE LISBOA DE 1755	14
4.1 A visão do desastre por diversas perspectivas	17
4.2 Malagrida e o “Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceu a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1775”	21
4.3. Dar de comer aos faminto e enterrar os mortos.	25
5. A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA.....	33
5.1 O Projeto nº 5.....	39
5.2 Edifícios.....	40
6. A GESTÃO DE DESASTRES E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS POMBALINAS NO TERREMOTO DE LISBOA.	44
6.1 Gestão de risco de desastres – Defesa Civil, somos todos nós.	45
6.2 O século XXI e as ações de Gestão de Risco de Desastres.....	47
6.3 A história como guia: terremoto de 1755 e sua influência na gestão de riscos hoje	50
6.3.1. <i>Medidas preventivas</i>	53
6.3.2. <i>Medidas de mitigação</i>	54
6.3.3. <i>Medidas de preparação, resposta e recuperação</i>	54
6.3.4. <i>Medidas de preparação</i>	54
6.3.5. <i>Medidas de resposta</i>	55
6.3.6. <i>Medidas de reconstrução</i>	55
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	57
REFERENCIAS.....	59

1. INTRODUÇÃO

Mar Português
Fernando Pessoa, Mensagem (1934)

Ó mar salgado, quanto do teu sal
São lágrimas de Portugal!
Por te cruzarmos, quantas mães choraram,
Quantos filhos em vão rezaram!
Quantas noivas ficaram por casar
Para que fosses nosso, ó mar!
Valeu a pena? Tudo vale a pena
Se a alma não é pequena.
Quem quer passar além do Bojador
Tem que passar além da dor.
Deus ao mar o perigo e o abismo deu,
Mas nele é que espelhou o céu.

Desastres podem ser observados em toda a história. Conceitualmente um desastre é um evento adverso que traz danos e perdas materiais, econômicas, sociais e culturais para uma determinada pessoa ou sociedade. (ALVES, 2016)

No entanto, nas sociedades ocidentais e cristãs, por muitos séculos os desastres foram associados a questões religiosas, punições pelos pecados e más condutas de sociedades que desrespeitaram as leis Divinas. (SHRANDY, 2010)

A ideia de um Deus que punia o mau comportamento, estava associada ao Dilúvio, a condenação de Sodoma e Gomorra, as pragas do Egito e as inúmeras vezes em que Deus agiu em favor dos seus e em desfavor daqueles que não seguiam suas regras. (BÍBLIA SAGRADA, 2024)

A Igreja Católica Apostólica Romana, reforçava este preceito da punição divina e associava os grandes desastres naturais a forças espirituais que desejavam “ensinar algo”. Demonstrando que os modos de vida, deveriam seguir os padrões estabelecidos por ela, assegurando assim, a sua estabilidade e poder sobre a sociedade. (MALAGRIDA, 1756)

Entretanto, quando em 1755 ocorreu uma das maiores catástrofes da história, a primeira ação do gestor do desastre foi afastar da divindade, qualquer responsabilidade que pudesse existir. Deus não estava bravo, irado, ressentido com os portugueses. Deus não tinha nada a ver com as mais de mil mortes. (ALVES, 2017)

Os eventos adversos possuem causas naturais ou tecnológicas e ocorrem por

inúmeros fatores que podem ou não ser correlacionados à vontade humana. E, uma vez que se afasta das causas, o poder de Deus, estabelecer uma resposta através de um procedimento padrão de segurança, torna-se operacionalmente mais fácil.

Esta pesquisa tem como objetivo geral demonstrar como o desastre de 1755, ocorrido em 1º de novembro, promoveu, ao lidar com a situação sem a premissa de uma punição divina, um parâmetro, para as próximas situações adversas que ocorreram em diversos lugares, acarretando, no que hoje conhecemos como Gestão de Riscos de Desastres (GRD), e Defesa Civil.

Propõem-se responder ao seguinte problema de pesquisa: há uma correlação entre o desastre de 1755 e a Defesa Civil atual? A hipótese desta pesquisa é que a gestão do Terremoto de Lisboa influenciou na forma como os outros desastres posteriores a ele foram trabalhados e como normas foram instituídas no sentido de determinar as ações do poder público no socorro as catástrofes.

Figuram, portanto, entre os objetivos específicos os seguintes pontos:

- a) compreender como o ordenamento urbano influenciou no desastre e como o planejamento apresentou soluções simples e rápidas;
- b) identificar os pontos focais da gestão estabelecida por Pombal;
- c) traçar um paralelo entre a gestão de 1755 e a gestão de desastres atuais.

O desastre de Lisboa de 1755 é um tema corrente de pesquisas acadêmicas. Já foi estudado em diversos aspectos, desde o campo das artes e da filosofia até a engenharia (MOLESKY, 2010). Desde sua ocorrência, inúmeros tratados foram publicados, apresentando soluções sanitárias, religiosas, filosóficas sobre suas consequências. Todo este arcabouço de material produzido permite que um evento tão significativo como a ocorrência de um terremoto, seguido por um tsunami e um incêndio de quase uma semana, possa ter sua gestão estudada, considerando a forma como influenciou em outras sociedades, principalmente, como o que ocorreu naquele momento, ainda continua ocorrendo na gestão dos desastres atuais. Esta análise é importante não somente para estabelecer os méritos de gestão do Marques de Pombal, como para validar se as práticas atuais não estão defasadas e necessitam de novas abordagens.

Considera-se assim, o Terremoto de Lisboa como um estudo de caso, demonstrando

que a similaridade entre a gestão estabelecida no século XVIII e a praticada na atualidade é verdadeira e que foi este o primeiro desastre do ocidente a estabelecer os princípios da Defesa Civil, tal qual conhecemos hoje.

A dissertação será composta da seguinte forma: No capítulo “Compreendendo um desastre de 268 anos”, discutiremos a metodologia da pesquisa realizada. Apresentando os autores utilizados e as fontes consultadas.

Posteriormente, em “A ira de Deus e os desastres naturais” será abordada a interpretação dos desastres naturais anterior ao terremoto de Lisboa, quando estes eram relacionados à ira Divina e aos pecados da humanidade.

A revisão e contextualização histórica do evento adverso, será discutido no capítulo “O Terremoto de Lisboa de 1755”, analisando o desastre em si, os relatos de sobreviventes e as alterações da paisagem e da vida cotidiana imediatamente após o caos. Nele experiências contadas através de cartas, jornais e folhetos serão estudadas, incluindo entre estas histórias a pressão estabelecida pela Igreja, através de Malagrida, que determinava que o desastre possuía uma sincera relação com a Ira Divina. Além disso, também apresenta as ações de Preparação e Resposta implementadas durante o desastre.

Finalmente em “A reconstrução de Lisboa” por sua vez, narra as ações de reconstrução, incluindo as inovações tecnológicas e científicas que ocorreram naquele momento.

A resposta ao problema proposto através desta dissertação começa a ser exposto a partir do capítulo seis: “A GRD e sua relação com as práticas Pombalinas do Terremoto de Lisboa”. Parte do estudo em que se comparam as práticas de gestão estabelecidas nos dois momentos;

Finalmente, em “A história como guia: o terremoto de Lisboa e a GRD hoje” um paralelo entre as ações estabelecidas e os cinco pilares da Defesa Civil é traçado, demonstrando como ocorreu em Lisboa e como tem sido feito em diversos locais do mundo.

2. COMPREENDENDO UM DESASTRE DE 268 ANOS: Metodologia

Apesar de ser um evento ocorrido há mais de 260 anos, a complexidade do Terremoto e suas consequências foram tantas que inúmeros estudos foram realizados desde então.

Esta pesquisa foi desenvolvida com o intuito de responder a seguinte questão: Há uma relação entre a gestão do Terremoto de Lisboa em 1755, realizada por Marquês de Pombal, e a GRD praticada atualmente?

Inicialmente para responder esta pergunta fez-se necessário conhecer através de revisão da literatura existente, a história do Terremoto de Lisboa de 1755. Para tanto serão utilizados os autores de Edward Paice, Nicholas Shrady e Mark Molesky.

Através destes livros, outras referências foram sendo consultadas, em especial artigos científicos, teses e dissertações disponíveis online, pelos repositórios da Universidade de Lisboa e Universidade de Coimbra.

A disponibilidade de Relatos de Viajantes, Cartas e Diários em portais de pesquisas, bibliotecas e centros de memória portugueses¹, possibilitou o contato com o material produzido na ocasião do desastre, assim como as pinturas e demais obras de arte.

Este material trouxe uma perspectiva única sobre o evento e o entendimento de Deus e as catástrofes naturais. Grandes pensadores também foram consultados, Kant, Voltaire e Rousseau, analisando assim, como o Iluminismo compreendeu a calamidade.

No entanto, não adiantaria estudar apenas o Desastre em Lisboa e sua interpretação na Europa no século XVIII, sem que fosse relacionado com outros momentos da história, a saber a própria Declaração de Direitos Humanos dos Homens e do Cidadão, publicada na França em 1789 e a Gestão de Desastres Naturais.

A revisão literária, buscou no século XIX outras referências que poderiam ser relacionadas com o Desastre de Lisboa, tanto na alteração do pensamento e do imaginário, quanto na própria legislação. Finalmente a revisão literária se encerra na primeira metade do século XX, com as duas grandes guerras e suas consequências

¹ A Biblioteca Nacional de Portugal, possui inúmeras coleções digitalizadas relacionadas ao Desastre de Lisboa de 1755, elas estão disponíveis para consulta no site <https://www.bnportugal.gov.pt/>. É possível também consultar tratados de saúde, cartas de viajantes, religiosos e moradores de Lisboa, através do portal <https://bndigital.bnportugal.gov.pt/>

globais.

De acordo com Yin (2014) é possível realizar estudos de caso de eventos passados. Embora a abordagem de estudo de caso tenha sido inicialmente desenvolvida com foco em características contemporâneas, Yin (2014) acredita que a metodologia do estudo de caso pode ser aplicada a eventos passados, uma vez que há fontes de dados disponíveis para uma análise em profundidade.

Quando se trata de eventos históricos ou passados, uma pesquisa de estudo de caso geralmente envolve uma análise detalhada de registros, documentos, relatórios, diários, cartas e outras fontes históricas que podem lançar luz sobre o evento em questão. A análise dessas fontes históricas pode fornecer uma compreensão mais profunda do evento, seus contextos, causas e consequências.

Além disso, ao realizar um estudo de caso de um evento, é fundamental adotar uma abordagem reflexiva e crítica, regulando as limitações e os desafios inerentes à pesquisa histórica, como a disponibilidade de fontes confidenciais e a interpretação adequada das informações disponíveis.

Portanto, embora a ênfase original do estudo de caso de Yin (2014) fosse em preferências contemporâneas, a metodologia pode ser adaptada para investigar eventos passados quando a segurança e quando as fontes de dados históricos forem acessíveis e confiáveis. Considerando a análise profunda do evento, a pesquisa busca não apenas descrever as características, mas também entender sua dinâmica, causas e efeitos e como estes influenciaram no que compreendemos como gestão de desastres na atualidade.

Yin (2014) apresenta duas propostas de estudo de caso que poderiam se encaixar nesta dissertação, são elas: O estudo de caso explicativo e o descritivo. De acordo com Yin (2014) o estudo de caso explicativo é usado quando o pesquisador deseja entender profundamente uma especificidade e sua relação causal com outros fatores. O objetivo é responder a perguntas do tipo "por que" e "como" relacionadas às especificidades. Nesse tipo de estudo de caso, o pesquisador parte de hipóteses ou teorias pré-existentes e busca evidências para confirmar ou refutar essas hipóteses. A pesquisa é mais estruturada e direcionada para identificar as causas subjacentes do treinamento. O foco está na compreensão das relações de causa e efeito. (YIN, 2014)

Já o estudo de caso descritivo é usado quando o pesquisador tem o objetivo de descrever um detalhe ou contexto específico. O objetivo é fornecer uma narrativa rica e completa do que está sendo treinado. O pesquisador coleta dados extensos e detalhados sobre as características, documentando eventos e contextos relevantes. A análise se concentra na descrição minuciosa das especificidades, muitas vezes usando múltiplos pontos de vista e fontes de dados. (YIN, 2014)

Para o melhor desenvolvimento da metodologia de trabalho desta dissertação opta-se pelo Estudo de Caso Descritivo, buscando aprofundar-se na pesquisa, de forma multidisciplinar, com abordagem ampla.

3. A IRA DE DEUS E OS DESASTRES NATURAIS

Segundo Garcia Acosta (2017) eventos adversos foram considerados manifestações da Ira Divina por muitos séculos, tanto na Europa, quanto em países colonizados: “o castigo divino era associado com o pecado, o medo e a contrição, como resposta de uma sociedade arrependida.” (GARCIA ACOSTA, 2017 pag. 02)

Sodoma e Gomorra e o Dilúvio são exemplos de castigos divinos que dizimaram a humanidade. No Dilúvio o mundo conhecido foi lavado por uma enchente de quarenta dias e quarenta noites. Já em Sodoma e Gomorra, fogo e enxofre cobriram e destruíram as cidades. Em ambos os casos, a iniquidade e os pecados foram a causa dos eventos adversos.

Outras mitologias também retratam situações similares. O texto babilônico escrito no século XVIII antes de Cristo, o Épico de Atrahasis, relata a história de um Deus, de nome Enlil, que também ordenou um dilúvio. As razões não eram morais, mas, segundo o texto, a humanidade era barulhenta e ele não conseguia dormir. A mesma história é contada no século XIII a.C. na Epopeia de Gilgamesh, em outro local e com outros personagens.

Há referências a desastres naturais causados por deuses irados em inúmeras culturas (GARCIA ACOSTA, 2017). A Europa, durante a idade média, produziu inúmeros sermões de religiosos que associavam os eventos adversos aos pecados e ao juízo final.

Em 1693, Jonh Shower associou o Terremoto ocorrido na Jamaica (1692) e na Sicilia (1693) como um reflexo da insatisfação divina com a humanidade, e afirmou que os Ingleses deveriam se arrepender e mudar de atitude. Thomas Sherlock, arcebispo de Londres também “Referia-se ao mal e à corrupção reinantes na cidade, manifestados em publicações antirreligiosas, papados, homossexualidade e entretenimento lascivo, que haviam desencadeado a mais terrível ira divina”. (GARCIA ACOSTA, 2017 pag.04)

O conceito de um Deus bravo, punitivo, está diretamente relacionado ao conceito de moral. Deus pune determinados pecados e grupos de pessoas. Essa justificativa foi usada em diversos lugares, ora por católicos, ora por protestantes e em cada um destes eventos um grupo foi majoritariamente atingido.

É fato que Deus não tem relação direta com os desastres. Mas não havia avanços

tecnológicos capazes de prever e estabelecer a intensidade das tragédias, o que tornava a oração, um método relativamente eficaz. Poderia até não funcionar na prevenção e mitigação dos desastres, mas era eficiente quando se tratava de controle social e direcionamento moral.

Durante a Idade Média, vários eventos foram associados à desastres, sob este argumento. Alguns até mesmo relacionados à bruxaria. Segundo Cardini (1996) as bruxas e os atos de bruxaria foram responsabilizados por inúmeros terremotos, incêndios e inundações na Europa e nas colônias.

Se por um lado Deus poderia estar bravo com uma determinada sociedade, em algumas culturas, a disputa de poder entre os próprios deuses também afetava a vida humana na terra. É o que ocorreu com Atlântida, submergida graças ao comportamento devasso dos moradores. (ALVES, 2016)

A ausência de uma explicação lógica, associada ao teocentrismo e o medo das pessoas, fez com que por muitos séculos, as justificativas para as tragédias naturais fossem as mesmas: pecados, mal comportamento, idolatria, escolhas erradas. Estas alegações demonstram o imaginário e os valores estabelecidos na época em que foram proferidos, inclusive na escolha dos culpados: mulheres, judeus, ora protestantes, ora católicos. Ou seja, aqueles que eram considerados marginalizados e malfeitores.

Em 1755, na ocasião do terremoto de Lisboa, seja por ter acontecido no Dia de Todos os Santos ou pela dimensão do desastre, o evento foi imediatamente associado a uma punição divina. Ocorre que os portugueses estavam vivendo um momento de grandes riquezas advindas do Brasil. A exploração do ouro e diamante tornaram Lisboa uma das maiores e mais importantes capitais do mundo. Havia na cidade todo o tipo de gente, católicos, protestantes, judeus, mouros, coexistindo e dividindo o território, sem que fossem perseguidos deliberadamente.

A igreja católica, ao fim do desastre bradou em vários sermões: A culpa é dos judeus, dos protestantes, Deus está irado e nós temos que nos arrepender (PAICE, 2010). Cartas foram escritas por protestantes, relatando o que sentiam ser o “fim do mundo” (SRHADY, 2011). Poetas e filósofos discutiam se Deus tinha ou não participação no evento.

Concluíram que não. Deus e os eventos adversos não possuem relação e o desastre

de Lisboa foi o último em que este questionamento foi seriamente levantado.

O Terremoto de Lisboa em 1755 inaugura uma nova era no entendimento das adversidades que a história contemporânea ainda revelaria. Paice nos traz detalhes de como a comunidade internacional (monarquias europeias) se organizam para o envio de ajuda: uma excelente fonte para se entender a ação da atual solidariedade internacional contemporânea. Tavares nos analisa o perfil de um difícil processo de reconstrução urbana: uma ótima referência para se entender as implicações da ajuda externa, dos interesses de grupos locais e da determinação de prioridades em esforços diversos frente a situações de emergência, num mundo em constante e ampliado risco.(ULTRAMARI, 2013)

Ao se afastar a dimensão religiosa do desastre e estabelecer uma análise e gestão baseada na razão, inúmeros avanços foram alcançados. Desde princípios sobre a importância de um urbanismo que compreenda não apenas o belo, mas também o seguro e o necessário, como tratados de saúde pública, instituindo princípios sanitários e práticas de saúde mental como meios de se sobreviver a um evento adverso. (FREIRE, 1776; SANCHES 1756) avanços científicos que não ficaram restritos à Lisboa, Kant, por exemplo, influenciado pelo desastre escreveu sobre a causa dos terremotos e sua força destruidora.

A compreensão do desastre como um evento adverso natural, trouxe a possibilidade de uma gestão pós desastre e do estabelecimento de uma preparação para novos riscos. Ora, se não tem relação com os desígnios de uma divindade mística, é necessário compreender o que causa os desastres e como evitá-los.

4. O TERREMOTO DE LISBOA DE 1755

Lisboa era o centro do mundo, de acordo com Shrady (2011), apesar de não se tratar de um espaço de avanços filosóficos, de costumes modernos e de grandes pensadores, era um centro de negócios, inovações tecnológicas e convivências entre povos e culturas. (SHRADY, 2011)

A figura 01, apresenta o mapa da cidade de Lisboa anterior ao Terremoto de 1755.

Figura 01 – Gravura de Mattheus Sautter, representando Lisboa, antes do Terremoto de 1755



Fonte: <https://torresvedrasantiga.wordpress.com/2018/10/11/a-zona-de-lisboa-antes-do-terramoto-de-1755/>

Católico, o país comemorava o Dia de Todos os Santos como um dos principais feriados religiosos. Em todas as igrejas, missas eram realizadas. Nas casas, velas eram acessas aos santos de devoção.

Nas ruas, o feriado esvaziava os centros, exceto a região da Baixa Pombalina próximo ao porto, onde os comerciantes ainda trabalhavam. O restante da cidade, cumpria suas obrigações ou em casa, ou nas igrejas.

Era manhã de 1º de novembro de 1755, Dia de Todos os Santos, e milhares de cidadãos assistiam a missa nas igrejas da cidade. Relatos da época afirmam que os animais ficaram atipicamente agitados nas horas que antecederam o desastre e que a água dos poços adquiriu um sabor estranho. O epicentro do terremoto foi no oceano atlântico, cerca de 200 km a sudeste de Portugal. Quando ele chegou a Lisboa, o solo tremeu violentamente durante dez aterrorizantes minutos, e as vibrações foram sentidas em toda península ibérica. (BROWN, 2001, p. 14)

O primeiro tremor foi intenso, muitas pessoas não conseguiram sair de suas casas, velas e fornos foram sacudidos, provocando incêndios em diversas partes. Dois

tremores sucederam ao primeiro. A magnitude do segundo foi relativamente maior, desabando inúmeras edificações, espalhando por Lisboa terror, poeira e fogo.

O fogo se alastrou por toda a cidade. Após cinco dias quando as chamas se extinguíram, mais de 85% das construções haviam sido destruídas, incluindo grandes marcos da cultura lisboeta como o Palácio Real, a Casa de Ópera e a Catedral. (ALVES, 2016, pg 19)

Tão logo os tremores cessaram, uma série de tsunamis lavaram a região que atualmente se denomina a Baixa Pombalina, arrasando com as pessoas que buscaram um abrigo seguro no largo em frente ao Tejo. (ALVES, 2016)

Paulo Assunção (2010), afirma que a maior parte das edificações não ruíram em função dos tremores, mas por causa dos incêndios que duraram mais de quinze dias. Entretanto, afirma que a grande quantidade de entulho, cinzas e fumaça atrapalhava o deslocamento dos sobreviventes e a localização de vítimas vivas sob os escombros.

Os riscos de desastres secundários, derivados do desastre do dia primeiro, era real. Se a gestão não fosse realizada de forma adequada, rapidamente doenças causadas por decomposição dos corpos humanos e de animais seriam percebidas por todos os lados. (SRHADY, 2011)

O incêndio, foi de certa forma, positivo para evitar este mal, já que a maioria dos corpos foi completamente carbonizada, ou soterradas sob os escombros, dificultando o acesso a eles. (SRHADY, 2011)

A destruição do Hospital Real de Todos os Santos e dos demais hospitais deixou a população sem opção. (...) muitas pessoas foram atendidas ao ar livre, quando havia alguém para cuidar destes. Não foram raros os registros de feridos deixados à sua própria sorte, sem assistência. (...) A inexistência de cemitérios agravou as condições caóticas em que se encontrava Lisboa. (...) Muitos corpos foram recolhidos e colocados em embarcações para serem lançados ao mar, longe da barra do rio Tejo. Como a quantidade de cadáveres era grande, havia a orientação para que os corpos em estado de decomposição avançada fossem cobertos com escombros até que os odores não fossem mais sentidos. (ASSUNÇÃO 2010, p. 04)

Naquele dia, a filha mais nova do Rei havia pedido ao pai que passassem o dia na casa de campo em Belém. Por se tratar de uma data festiva, o pai aceitou e toda a comitiva real seguiu ainda pela manhã para o retiro. No momento do terremoto, apesar de não estarem em Lisboa, puderam sentir os abalos e seguiram para os jardins, onde permaneceram acampados por alguns dias, temerosos de novos tremores. Nada aconteceu à família real, mas o Rei, abalado, não sabia como agir diante de tal situação. (ASSUNÇÃO 2010)

Havia entre os diplomatas reais, um que se destacava mais por sua capacidade de

gestão e desenvoltura em conflitos internacionais. Sem que fosse solicitado, Sebastião José de Carvalho e Melo, dirigiu-se ao encontro do Rei, e lhe questionou quanto ao que deveria ser feito.

Segundo Assunção (2010), sem saber o que fazer, o Rei devolveu a pergunta ao que de pronto lhe respondeu: Enterrar os mortos, dar de comer aos vivos, tratar os feridos, reconstruir Lisboa “sobre as cicatrizes abertas pelo sismo” (ASSUNÇÃO 2010, p.05).

D. José I determinou que o diplomata, posteriormente conhecido como Marquês de Pombal, tivesse plenos poderes para agir em seu nome e reconstruir Lisboa. Não somente em estruturas arquitetônicas, mas que fosse realizada uma reformulação da estrutura da cidade de modo que ela se tornasse mais segura e efetivamente protegida em caso de novos desastres. As ações que se seguiram foram tão apreciadas pelo Rei que, este, nomeou Sebastião o cargo de Primeiro Ministro.

As primeiras medidas tomadas foram relacionadas ao reconhecimento das tropas e dos sobreviventes civis. Uma horda de fugitivos flagelados, seguiam para longe de Lisboa e foram obrigados a retornar, sob a ameaça do exército, de modo a não esvaziar a cidade e garantir mão de obra para trabalhar na recuperação das áreas.

Homens e mulheres que estivessem com mínimas condições de trabalho, foram convocados. (ASSUNÇÃO 2010)

Ao mesmo tempo, visando sanar questões prioritárias, como alimentação, atendimento médico e segurança pública, ordenou que fossem levantadas barracas onde as pessoas pudessem descansar e tratar de suas feridas.

Ordenou o estabelecimento de pontos de distribuição de comida nas praças do Terreiro do Paço e da Ribeira (...) em toda a cidade foram instaladas às pressas, cozinhas de campanha e fornos de pão ao ar livre. (...) os navios que chegavam com cargas de grãos, peixes e carnes foram obrigados a vender sua mercadoria com isenção de taxas. (...) “Com estas sábias providências”, escreveu Moreira de Mendonça, “não houve em parte alguma fome, como se temia nos primeiros dias”. (SHRADY, 2011, p.52)

Corpos putrefatos permaneciam nas ruas, sob os escombros. Não havia cemitérios ou outros espaços que pudessem receber todas as pessoas. Entretanto, a igreja considerava que era pecado não ser enterrado em local sagrado.

Pombal autorizou então que os corpos fossem retirados dos escombros e colocados em naus, que seriam direcionadas para alto-mar e posteriormente afundadas. Com isso, o risco de peste diminuiu e não houve proliferação de doenças (ALVES, 2016)

A limpeza das ruas era fundamental para duas situações: evitar a peste e começar o processo de reconstrução. “Pombal proibiu qualquer nova construção de pedra até que todos os entulhos tivessem sido retirados e fossem redigidos um novo código de normas construtivas e um plano urbano.” (SHRADY, 2011, p.60)

A preocupação em torno da reconstrução da cidade buscava evitar que novos desastres ocorressem com os mesmos riscos construtivos. Era preciso pensar num urbanismo que diminuísse os riscos, dificultasse a propagação de incêndios e fosse mais seguro, em caso de abalos sísmicos.

“Essa decisão iniciou a fase de reconstrução de Lisboa, cujo objetivo era evitar construções irregulares e prevenir futuros desastres. Através do Decreto de 29 de novembro de 1755, os ministros foram encarregados da inspeção dos bairros e que fizessem um levantamento das larguras e comprimentos das ruas, praças, becos e edificações existentes”. (ALVES, 2016)

Os primeiros momentos que se seguiram ao terremoto, necessitaram de uma resposta imediata. Não houve tempo para prevenção ou mitigação do desastre, já que não se cogitava a possibilidade de algo tão intenso, mas as medidas de Pombal foram de: planejamento, preparação, resposta e reconstrução.

O terremoto produziu um desastre inimaginável. Tal catástrofe acabou proporcionando uma série de textos, cartas e relatos de pessoas que sobreviveram à situação. Estes documentos devem ser considerados como fontes importantes para a produção de uma análise consistente sobre os danos que ocorreram.

4.1 A visão do desastre por diversas perspectivas

Uma testemunha inglesa descreve os primeiros momentos do desastre:

Vocês podem imaginar a confusão descomunal... pelo único exemplo que vou mencionar: havia uma passagem com um arco muito alto, como um de nossos portões da cidade, na frente da porta oeste da antiga catedral; à esquerda ficava a famosa igreja de Santo Antônio e à direita algumas casas particulares, com vários andares... No primeiro abalo, muitas pessoas que estavam passando por baixo do arco, fugiram para o centro da área; aquelas que estavam nas duas igrejas, os que conseguiram sair, fizeram o mesmo. Nesse instante, o portão em arco, juntamente com as partes da frente das duas igrejas e das duas construções contíguas, todas se inclinando umas em direção às outras com a violência do abalo, desabaram, enterrando todas as pessoas que estavam ali aglomeradas. (ANÔNIMO, 1755 apud PAICE 2010)

Estes relatos traduzem a perspectiva e a experiência das pessoas sobreviventes e, através deles, compreender os rumos do evento. Thomas Chase é uma destas pessoas:

As pedras das paredes se soltando umas das outras e rangendo, como se

fizeram as paredes das outras casas, com uma variedade de diferentes movimentos, produziram o barulho mais assustador e confuso já ouvido. A parede ao lado, do quarto do sr. Goddard, caiu primeiro; em seguida, toda a parte de cima de sua casa e de todas as outras, até onde eu podia enxergar na direção do castelo; quando, voltando os meus olhos rapidamente para a parte de frente do quarto – porque pensava que a cidade inteira estava afundando para o interior da terra -, vi os cumes de dois pilares se tocando; e nada mais vi. Resolvera me jogar ao chão, mas suponho que não o fiz; porque imediatamente me senti caindo; e então, quanto tempo depois não sei, mas como se tivesse acordado de um sonho, com ideias confusas, percebi que minha boca estava cheia de alguma coisa que, com a mão esquerda, me esforcei para tirar; e não conseguindo respirar livremente, lutei, até minha cabeça ficar praticamente livre do entulho.

Permaneci no estado de estupefação, até que os azulejos e os entulhos que ainda caíam me fizeram procurar abrigo debaixo de uma pequena abobada na parede estreita do lado oposto à minha cabeça. Enquanto estava deitado embaixo dela, vi que parecia haver um pequeno buraco justamente atravessando-a: quando me aproximei me arrastando com dificuldades para longe dos entulhos, encontrei a abertura, mais larga do que imaginava que fosse; e passando primeiro a cabeça e o braço, pouco a pouco puxei o corpo inteiro e caí cerca de sessenta centímetros em um pequeno lugar escuro abobadado, que supus ser apenas um suporte para as duas paredes; apalpando ao redor, encontrei em um dos lados, uma passagem estreita que me levou a um lugar parecido com um forno, em um pequeno quarto, onde estavam um português coberto de poeira, que no momento em que me viu chegando por ali, recuou e, fazendo o sinal da cruz por todo o corpo gritou, como é de costume quando se está muito surpreso, “Jesus, Maria, José!! Quem é você? De onde veio?”, e ao ser informado me pôs em uma cadeira; e instantaneamente juntando as mãos, ele as levantou e ergue os olhos para o teto, em sinal de grande sofrimento e preocupação. Isso fez com que eu me examinasse, o que antes não tinha tido tempo pra fazer. Meu braço direito pendia a minha frente sem movimento, como um grande peso morto, o ombro deslocado e o osso quebrado; minhas meias estavam em frangalhos e minhas pernas, cobertas de feridas, o tornozelo direito inchado, imenso, e dele uma torrente de sangue jorrava para cima; o joelho também estava muito machucado, e tive a sensação de que meu flanco esquerdo era martelado, de forma que eu mal podia respirar: todo o lado esquerdo do meu rosto estava inchado, a pele esfolada, o sangue jorrando dali, como uma grande ferida acima e uma pequena abaixo do olho, e vários machucados em minhas costas e em minha cabeça. (CASTRES, 1813 apud PAICE, 2010)

Os momentos que se seguiram ao terremoto, fizeram com que pessoas buscassem abrigo em um lugar amplo e arejado, sendo o largo em frente ao Rio Tejo um dos locais mais procurados. O relato de um mercador inglês apresenta os momentos que se seguiram:

De repente ouvi uma gritaria generalizada. O mar estava se aproximando, estaremos todos perdidos. Nisso, voltando os olhos para o rio, que naquele lugar tem quase seis quilômetros de largura, pude percebê-lo se levantando e aumentando de volume de maneira inexplicável, uma vez que não soprava nenhum vento. Em um instante apareceu a pouca distancia uma grande massa de água, crescendo como uma montanha que veio espumando e vagando e se precipitou em direção a margem, com tamanha impetuosidade que, embora todos nós imediatamente corrêssemos o mais rápido possível para salvar nossas vidas, muitos foram levados.

Como agora o perigo parecia vir tanto da terra quando do mar e eu não sabia para onde me retirar para me abrigar, tomei a súbita resolução de voltar, com

as minhas roupas ensopadas para a área da igreja de São Paulo. Ali permaneci por algum tempo e observei os navios virando e sendo jogados de um lado para o outro, como uma violenta tempestade. Alguns tiveram seus cabos rompidos e foram carregados para o outro lado do Tejo, outros rodopiavam com incrível rapidez, vários barcos grandes ficaram com a quilha virada para cima, e tudo isso sem nenhum vento, o que parecia muito espantoso. Foi o momento de que estou falando que o belo cais novo, todo construído em mármore bruto, a um custo enorme, foi engolido por inteiro, juntamente com todas as pessoas nele, que haviam fugido para lá em busca de segurança, e tinham motivo para achar que estavam fora de perigo em lugar como aquele. Ao mesmo tempo, grande número de barcos e pequenas embarcações, ancorados perto do cais, todas igualmente cheias de pessoas que tinham se retirado para lá com o mesmo propósito, foi engolido como um redemoinho e nunca mais apareceu. (CASTRES, 1813 apud PAICE, 2010)

Também a Rainha escreveu à sua mãe para contar-lhe como passou pelo terremoto:

Minha querida mãe:

Esta carta segue para um correio extraordinário espedido pelo Rei, que recomendou que lhe fosse enviada de imediato, antes que recebesse alguma falsa notícia que lhe causasse sofrimento.

Estamos todos vivos e com boa saúde; Mil vezes seja Deus louvado!...

Sábado, as 9 horas e $\frac{3}{4}$ da manhã, sentimos o mais terrível tremor de terra; fugimos para o exterior com imensa dificuldade, pois não nos conseguíamos manter de pé. Corri pela escada árabe, sem a ajuda de Deus, teria certamente, partido a cabeça ou as pernas, pois não me conseguia segurar e estava cheia de medo, como podereis calcular, pois estava mesmo convencida de que minha última hora tinha chegado. O rei juntou-se a mim, mais, mas tarde, pois ele fugira pra o lado contrário. As minhas filhas tinham ficado no oratório, mas vieram a ter conosco pouco depois. Ainda que seus aposentos tenham ficado pouco arruinados, elas não sofreram nada, graças a Deus, mas desde então ficamos todos alojados no grande jardim...

Lisboa ficou quase toda arrasada e houve muita gente que morreu esmagada, entre outros, o pobre Perelada (embaixador espanhol de Lisboa), e para maior infelicidade o fogo tomou e consumiu uma grande parte da cidade, não tendo havido ninguém que tivesse querido regressar para apagá-lo. O nosso palácio está parcialmente destruído e a parte que tinha restado ardeu com quase tudo que havia dentro; no entanto as mulheres salvaram-se.

Perdoai-me, minha querida mãe, por não vos relatar mais pormenores, mas o estado e a confusão não me concedem tempo para tal. Que Deus tenha piedade de nós, pois estamos salvos. Deus seja louvado, mil e mil vezes. Existem casos de enorme tragédia e a desolação é universal.

Rogo-vos humildemente que ore a Deus por nós, para que Ele nos continue a conceder a sua misericórdia e nos preserve...

Inclinamo-nos humildemente a vossos pés, minha querida mãe, pedindo a Deus que vos conserve e vos proteja do infortúnio (CAETANO BEIRÃO, 1947 apud PAICE 2010)

Além das correspondências entre amigos e familiares, poemas e reportagens também foram escritas. Em 1813, foi publicado o poema intitulado: “Por ocasião da morte do senhor G. Vincent, na última e muitíssimo terrível calamidade em Lisboa”

Jovem desafortunado! Que pecado pode ser teu crime? Para seres assim levado na plenitude de seu vigor,

De pais, de amigos, - que agora sem cessar lamentam

Teu cruel destino – pela morte impiedosamente dilacerado.

Mas não presumamos conhecer os caminhos de Deus,

Cujas obras são sempre justas – embora a causa seja oculta do homem.
(CASTRES, 1813 apud PAICE 2010)

Um importante relato, fornecido por um inglês anônimo, apresenta uma das poucas edificações administrativas que permaneceram seguras, a Casa da Moeda:

Eu agora estava em uma posição tal que não sabia mais para onde ir. Se ficasse lá, o perigo vinha do mar; se recuasse para longe da margem, as casas ameaçavam a destruição certa. Por fim, resolvi ir para a Casa da Moeda, que, por ser uma construção baixa e muito forte, não sofrera danos consideráveis, exceto em alguns dos apartamentos de frente para o rio. O grupo de soldados que todos os dias montavam guarda lá, haviam abandonado o local, e a única pessoa que permanecia ali, era o oficial comandante, que tinha 17 ou 18 anos de idade, a quem encontrei parado no portão. Como ainda havia um contínuo tremor de terra e o lugar em que estávamos agora, a dez ou quinze metros das casas em frente (que estavam todos oscilando), parecia perigoso demais e o pátio estava cheio de água, nós dois nos retiramos para dentro, para um outeiro de pedra e entulhos. Ali comecei a conversar com ele e, quando expressei minha admiração por alguém tão jovem ter tido a coragem de se manter em seu posto enquanto todos os seus soldados tinham fugido dos deles, a resposta que ele me deu foi: “Que apesar de ele estar certo de que a terra poderia se abrir e engoli-lo, ele abominava a ideia de abandonar seu posto.” Em suma, foi devido a magnanimidade deste jovem cavalheiro que a Casa da Moeda, que nesta época tinha mais de 2 milhões em moeda guardados, não foi roubada, e sem dúvida não lhe faço mais do que justiça ao dizer que nunca vi ninguém se comportar com tal serenidade e compostura em ocasiões muito menos terríveis do que a atual. (ANÔNIMO, 1755 apud PAICE 2010)

Em dezembro de 1755, o jornal parisiense *Journal Étranger* publicou a seguinte matéria produzida por Miguel Tibério Pedegache:

Em 1º de novembro de 1755, com o barômetro marcando 27 polegadas e 7 linhas, o termômetro de Réaumur assinalando 14 graus acima de zero e com o tempo brando e céu claro, às 9h45 da manhã, a terra tremeu, mais com tão pouca intensidade que todos imaginaram não ser nada mais que uma carruagem passando em alta velocidade, este primeiro tremor durou 2 minutos, depois de um intervalo de mais de dois minutos a terra voltou a tremer, porem com tanta violência que a maioria das casas começou a estalar e estrondar, este segundo terremoto durou aproximadamente dez minutos. A poeira que se levantou foi suficiente para obscurecer o sol. Novamente houve um intervalo de dois ou três minutos. À medida que a poeira densa abaixava, houve ar e luz suficiente para respirarmos e enxergarmos à nossa volta. Então, sucedeu um abalo tão terrível que as casas que haviam resistido aos primeiros tremores vieram abaixo com o estrondo. O céu mais uma vez escureceu e a terra pareceu querer voltar ao caos. (CASTRES, 1813 apud PAICE 2010)

O medo e a falta de informação eram validados pela fé cega e inquisitorial que permeava o imaginário da época. Ora, um desastre desta magnitude só poderia ser um sinal de que Deus estaria irado com a sociedade.

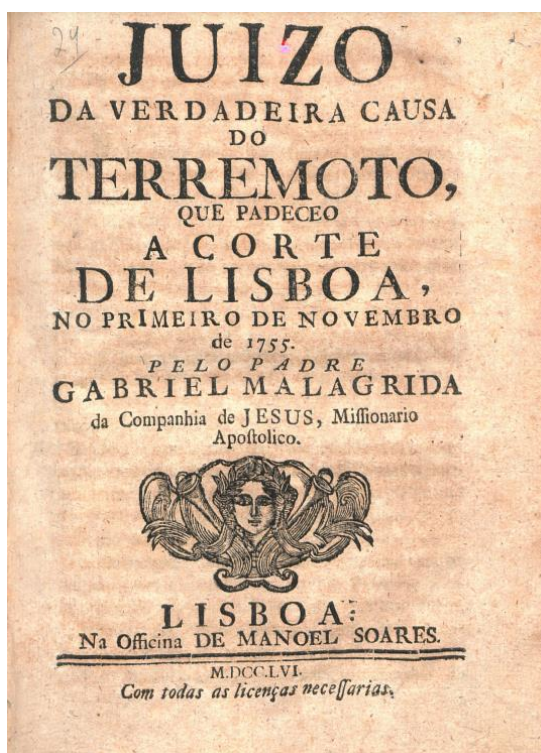
O fato de ocorrer em um dia santo, já demonstrava esta verdade. Os padres que sobreviveram aos tremores e desmoronamentos, gritavam sobre a “terrível praga”,

atribuindo aos portugueses pecaminosos todo sofrimento imposto.

4.2 Malagrida e o “Juízo da verdadeira causa do terremoto que padeceo a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1775”

O Padre jesuíta Malagrida escreveu um panfleto intitulado *Juízo da verdadeira causa do terremoto* (Figura 02), distribuído no ano seguinte ao terremoto aos fiéis da Igreja.

Figura 02 - panfleto intitulado *Juízo da verdadeira causa do terremoto*



Fonte: <https://editions-ismael.com/pt/bibliotheca-items/1756-gabriel-malagrida-juizo-da-verdadeira-causa-do-terremoto-que-padeceo-a-corte-de-lisboa-3/>

O texto começa com Malagrida chamando os portugueses de “inimigos pérfidos e perniciosos” imputando a eles a “dor inexplicável” que lhe afligia a alma ao ver uma corte “tão rica, tão bela e tão florescente, debaixo de suave e pacífico império de um Rei pio, e fidelíssimo” sofrer tamanha desgraça. (MALAGRIDA, 1756. p. 3)

Continuando o texto, atribuiu diretamente a culpa aos habitantes e aos pecados praticados:

Sabe pois, oh Lisboa, que os únicos destruidores de tantas casas e palácios, os assoladores de tantos seus habitantes, os incêndios devoradores de tantos tesouros, os que as trazem ainda tão inquieta e fora da sua natural firmeza, não são cometas; não são estrelas, não são vapores, ou exalações, não são fenômenos, não são contingencias ou causas naturais, mas unicamente os nossos intoleráveis pecados. (MALAGRIDA, 1756. p. 4)

Observa-se que Malagrida, começa a construir seu argumento já desqualificando os

apontamentos realizados pelo contexto científico da época. Kant havia falado dos vapores, Pombal insistia nas causas naturais dos desastres e todos os argumentos eram amplamente combatidos pela igreja, em especial por Malagrida.

Em sua lamentação, compara Lisboa a Jerusalém e menciona o Profeta Jeremias:

(...) a vista de tão horrenda desolação, que fossem ao menos campos! Que seria menos dificultoso excogitar algum modo de restauração! Porém eu não vejo mais que a montes inconsoláveis ruínas, a vista dos quais, não poderia deixar de lançar rios de lágrimas um Jeremias, e fazer como próprias deste lastimoso estrago as lamentações, que já fez sobre a sua amada Jerusalém. (MALAGRIDA, 1756. p. 4)

Impiedoso, afirma que não haverá consolação, nem conforto às almas, *“porque não há festas, solenidades, nem ruas, nem casas, nem templos, nem altares e nem sacramentos”* (MALAGRIDA, 1756. p. 5). De fato, poucas foram as igrejas que permaneceram erguidas após o sismo e muitas destas foram transformadas em abrigos, assim como mosteiros, seminários e conventos. *“Quebradas as suas clausuras, saem dos seus conventos as esposas do Senhor, fazendo de uma cidade tão pia e tão católica uma babilônia de inconsolável confusão.”* (MALAGRIDA, 1756. p. 5)

Malagrida e Pombal travavam uma guerra de narrativas: de um lado, a Igreja e a ira Divina, de outro, a Razão. No imaginário do século XVIII quando os ideais iluministas ainda não eram tão presentes em toda a Europa, em especial em Portugal, este discurso representava os anseios da sociedade, de um lado o medo e a culpa de pecados que podem nem ter sido cometidos e de outro, a certeza de que não teria como ser evitado tal desastre, exceto por práticas que minimizassem os riscos e os danos.

Dirigindo-se diretamente aos “ideais políticos” Malagrida afirma:

Nem digam os que politicamente afirmam que procedem de causas naturais que este orador sagrado, abrasado no zelo do amor Divino faz só uma invectiva contra o pecado, como origem de todas as calamidades que padecem os homens, e que se não devem comprovar com estes espíritos ardentes, que só pretendem aterrar os mesmos homens e aumentar a sua aflição com ameaças da ira Divina desembainhada; porque de certo, se me não fosse censurado dizer o que sinto destes políticos, chamar-lhe-ia de ateus. (MALAGRIDA, 1756. p. 8)

Malagrida de fato se preocupava com os riscos de um novo desastre em função do pecado. Para ele, enquanto as pessoas não se arrependessem, o mundo continuaria sendo destruído.

Mas para que são necessárias repetições mais difusas de autoridades e

misérias? Todo o engraçado da mais florida e peregrina eloquência não dá tanta força a verdade, como lhe dá a ingênua, e humilde confissão de Santo Tobias, o que governado do Espírito Santo (que não pode errar) assim ensinava aos seus irmãos e patrícios oprimidos com tão duro cativo em babilônia, a reconhecer a única origem de tão funestos desastres (...)

Ora, se o Espírito Santo, que por ser veracidade infinita, nem pode enganar, nem pode ser enganado, (...) confessa que tão grandes castigos e flagelos são todos efeitos das nossas culpas, não sei como se possa atrever um sujeito católico a atribuir unicamente a causas e contingências naturais, a presente calamidade deste tão trágico terremoto? Não sabem estes católicos que este mundo não é uma casa sem dono? Não sabem que há providência de Deus? Que há Deus no céu, que está vigiando continuamente sobre as nossas operações? (MALAGRIDA, 1756. p. 10)

Neste sentido, comparava Lisboa a Sodoma e Gomorra, cidade destruída por Deus, afirmando que estas cidades que eram bárbaras, descrentes, tiveram seus “pecados medidos” e foram destruídas por isso, quanto mais uma cidade que se afirma católica, conhece os ensinamentos do Senhor e ainda assim, continuam pecando?” (MALAGRIDA, 1756. p. 10)

Na visão do jesuíta, não só Lisboa, mas todo o mundo estava se distanciando de Deus. A teoria antropocentrismo que começava a ganhar destaque na Europa era considerada uma grande heresia, que tirava Deus do centro dos eventos e colocava o homem e a razão, como causa de todas as coisas. Mas, além da apostasia e da heresia, a imoralidade e decadência moral, não só nas colônias, onde relações fora do casamento, adultério, prostituição eram comuns, mas também na nação portuguesa como um todo. Isso sem falar da presença de Judeus, protestantes, e de tantos outros pecados individuais e coletivos.

A trágica Lisboa é agora um morro de ruínas. Seria bom que fosse menos difícil pensar em algum método de restauração do lugar; mas ele foi abandonado e os refugiados da cidade vivem desesperados. Quanto aos mortos, que grande safra de almas pecadoras tais desastres mandam para o inferno! É escandaloso fingir que o terremoto foi apenas um acontecimento natural, pois se isso fosse verdade, não há necessidade de se arrepender e tentar evitar a fúria de Deus, e nem mesmo o próprio demônio poderia inventar uma ideia falsa mais apropriada pra nos levar todos à ruína irreparável. Pessoas santas profetizaram que um terremoto estava para acontecer, mas a cidade continuou a trilhar o caminho do pecado, sem o mínimo cuidado com o futuro. Agora, de fato, o caso de Lisboa é desesperador. É preciso empregar todas as nossas forças e a nossa firmeza de propósito na tarefa de arrependimento. Queira Deus que possamos ver tanta determinação e fervor para este exercício necessário quanto o que é consagrado ao erguimento de cabanas e novas construções! Será que o fato de estarmos assentados fora da área da cidade nos coloca fora da jurisdição de Deus? Deus sem dúvida deseja exercer seu amor e misericórdia, mas estejam certos de que, onde quer que nós estivermos, ele está nos vigiando com o chicote na mão! (MALAGRIDA, 1756 apud PAICE 2010)

Sebastião Carvalho, por sua vez, considerava que Deus não tinha participação no

Desastre, por isso, antes mesmo que pudesse ser levantada a hipótese, começou a gerir a catástrofe buscando resolver os problemas, mitigar os danos e reconstruir Lisboa das cinzas. A figura 03, produzida a época do desastre, é um bom exemplo sobre a visão dicotômica e a presente crença nas forças divinas agindo sobre a natureza.

Figura 03: Terremoto em Lisboa (1755)



Fonte: pintura de João Glama (1708-1792) - GETTY IMAGES 2023

Malagrida e Pombal se enfrentaram por anos até a execução do sacerdote em 21 de setembro de 1761, em Lisboa, após ser considerado culpado de heresia e envolvimento em atividades consideradas subversivas pelo Marquês.

A execução de Malagrida faz parte de uma série de medidas tomadas por Pombal para consolidar o seu poder e reprimir a influência da Companhia de Jesus (Ordem dos Jesuítas) em Portugal. Pombal via os jesuítas como uma ameaça à autoridade real e à estabilidade do Estado. Como resultado, ele ordenou uma série de acusações contra Malagrida e outros jesuítas, acusando-os de conspiração contra o Estado e heresia.

Malagrida foi condenada à fogueira como herege, e a sua execução foi um acontecimento notável da época. Sua morte foi parte de uma campanha mais ampla de supressão dos jesuítas em Portugal, que culminou na expulsão da Companhia de

Jesus do país em 1759.

4.3. Dar de comer aos faminto e enterrar os mortos.

O cenário apocalíptico que havia se tornado Lisboa foi representado em inúmeras obras de arte, cartas, diários e poemas. No entanto, uma importante pergunta deveria ser respondida de imediato: “E aí? Como resolver isso?”

De acordo com Molesky (2015) o próprio Rei estaria estagnado e sem saber como agir. A população de Lisboa diminuiu muito no desastre. Além dos inúmeros mortos, vários feridos, das pessoas que sobreviveram sem danos maiores, muitos tentaram sair da cidade, com medo de novas ações adversas.

Neste cenário, Sebastião de Carvalho é nomeado pelo Rei como o responsável pela gestão do desastre.

4.3.1. Avaliação de danos e necessidades

Logo após o terremoto, as autoridades locais e nacionais, juntamente com as equipes de resgate e socorro, iniciaram a avaliação dos danos. Isso envolveu engenheiros, arquitetos, médicos, clérigos e líderes políticos trabalhando juntos para entender a extensão dos danos e as necessidades imediatas.

Foram identificadas áreas seguras, e nelas instaladas abrigos provisórios para as pessoas desabrigadas. Nestes locais, se distribuía alimento e atendimento médico. Equipes médicas avaliavam as necessidades das vítimas, analisando a situação e a evacuação para hospitais e áreas seguras.

Realizaram a contagem de mortos e sepultamentos: Equipes de resgate e voluntários ajudaram na contagem de mortos e na organização do sepultamento de corpos, valas comuns foram cavadas para acomodar um grande número de vítimas e outras foram colocadas em Naus e queimadas no mar.

Ainda no primeiro momento, outras importantes ações foram tomadas: inspeção de edifícios e infraestruturas, além da mobilização de engenheiros e arquitetos para operar estruturas e infraestruturas danificadas. Eles avaliavam a integridade estrutural das edificações restantes, para estabelecer o que deveria ser mantido e o que deveria ser demolido para a reconstrução da cidade.

Houve o recrutamento de voluntários, inclusive religiosos (de diversas religiões), para o apoio espiritual e assistência as vítimas. Mas talvez uma das mais funcionais ações

foi a organização de uma comunicação eficiente e eficaz. Toda a Europa soube do desastre e das necessidades lisboetas, deste modo, doações puderam ser realizadas. Internamente, outras cidades receberam comunicados solicitando apoio e em Lisboa, a comunicação entre os agentes militares, voluntários, políticos e gestores do desastre, possibilitou uma resposta rápida e bem construída. (MOLESKY 2015; PAICE, 2010)

4.3.2. Assistência Médica

Após o terremoto, uma das prioridades imediatas foi a prestação de assistência médica às vítimas feridas. Foram estabelecidos hospitais de campanha temporários em áreas seguras para atendimento desde o básico até o cirúrgico, uma vez que pessoas sofreram danos graves, incluindo fraturas ósseas, queimaduras e lesões na cabeça. (PAICE, 2010)

4.3.3. Evacuação

Muitos espaços eram considerados de risco, seja pela própria insegurança de novos tsunamis, pelo incêndio que ardeu por mais de duas semanas, risco de desabamento das construções arruinadas, ou, finalmente, pela peste transmitida pelos corpos putrefatos. As autoridades identificaram as áreas mais perigosas, incluindo regiões à beira-mar. As pessoas eram instruídas a evacuar essas áreas rapidamente, através de Decretos e outras normas Reais. Muitas pessoas que perderam suas casas foram acomodadas em abrigos temporários, como igrejas, mosteiros e edifícios públicos ainda em pé. Esses locais forneciam refúgio e suprimentos básicos. Equipes de busca e resgate trabalharam para encontrar sobreviventes sob os escombros de edifícios abandonados. Isso incluiu o uso de cães de resgate e ferramentas para remover detritos com segurança. Mas, além da evacuação, também foi crucial atender às necessidades humanitárias das pessoas deslocadas, fornecendo alimentos, água potável, roupas e cuidados de saúde básicos nos abrigos temporários.

4.3.4 Medidas de Saúde Pública

A situação sanitária crítica após o terremoto exigiu medidas de saúde pública inovadoras para evitar surtos de doenças. Com a destruição das infraestruturas de saneamento e a concentração de pessoas em abrigos temporários, havia um risco significativo de surtos de doenças transmitidas pela água, como cólera e disenteria. As autoridades sanitárias implementaram medidas rigorosas para garantir o acesso à

água potável e para tratar os sistemas de esgoto. Ruas, edifícios e abrigos temporários foram alvos de campanhas intensivas de desinfecção e limpeza. Isso incluiu a remoção de detritos e resíduos e a desinfecção de áreas propensas à prevenção de doenças. A identificação e remoção adequada de corpos das áreas afetadas foram essenciais para evitar a propagação de doenças. Pessoas que apresentavam sintomas de doenças contagiosas eram isoladas e recebiam tratamento médico.

4.3.5 Remoção de Entulho e Escombros.

Trabalhadores locais, incluindo voluntários e prisioneiros, foram mobilizados para ajudar na remoção dos escombros. Essa mão de obra foi essencial para desobstruir ruas e liberar áreas críticas. Diversas técnicas foram usadas para a remoção segura de escombros, incluindo o uso de pás, carruagens puxadas por cavalos e, em alguns casos, até mesmo a detonação controlada de estruturas instáveis. Materiais dos escombros, como madeira, pedra e ferro, foram reciclados e reutilizados, ajudando a economizar recursos escassos. A remoção eficiente dos escombros permitiu a reabertura de vias para serviços de emergência, transporte e acesso a áreas críticas.

Uma importante fonte sobre as ações que foram desempenhadas naquele momento é o texto escrito em 1758 por Amador Patrício de Lisboa, registrando em *Memórias das principaes providencias que se derão no terremoto que padeceo a corte de Lisboa no anno de 1755*, as principais 233 medidas tomadas. Destas, 23 emitidas nos primeiros três dias, 47 na primeira semana e cerca de uma centena no primeiro mês.

A gestão do desastre realizada foi estruturada nestes quatorze passos ou, como Lisboa (1756) citou, providências.

Providencia I – Evitar o receio da peste, que ameaçava a corrupção dos cadáveres, sendo inumeráveis, e não havendo vivos para os sepultarem pela precipitada, e geral deserção dos moradores de Lisboa (pag. 4, e 43)

Providencia II - Evitar a fome, que necessariamente se havia de seguir, não só pelo motivo de não haver quem conduzisse os viveres; mas porque muitos armazéns deles haviam sepultado as ruínas e abrasado o incendio. (pag. 6 e 58)

Providencia III – curar os feridos, e doentes, que estavam desamparados nas ruas em perigo certo de morrerem. (pag. 9 e 87)

Providencia IV – Reconduzirem-se os moradores de Lisboa, que haviam desertado, para se restabelecer a povoação sem a qual nada se podia fazer. (pag. 11 e 94)

Providencia V- Evitar os roubos, e castigas os ladrões, que haviam metido a sacco a cidade, despojando as casas e os templos. (pag. 12 e 96)

Providencia VI – Evitar que pelo mar se desse saída aos roubos, e para este efeito rondar o rio. (pag. 17 e 110)

Providencia VII – Remediar a necessidade, em que estava o Reino de Algarve, a Vila de Setubal, e os portos da América e Índia. (pag. 18 e 127)

Providencia VIII – Mandar vir algumas tropas do Reino para servirem ao grande trabalho da cidade e seu sossego. (pag. 20 e 137)

Providencia IX – Darem-se as comodidades precisas para o alojamento interno do povo. (pag. 22 e 147)

Providencia X – Restabelecer o exercício dos Ofícios Divinos nas poucas Igrejas que se haviam salvado, ou em descendentes acomodações interinas. (pag. 25 e 183)

Providencia XI – Recolher as Religiosas que vagavam dispersas e dar-lhes a possivel clausura. (pag 26 e 217)

Providencia XII – Ocorrer a diversas necessidades, em que estava o povo, as quais por várias e avulsas, se reduzem a uma classe separada. (pag. 33 e 293)

Providencia XIII – Atos de religião em S. Majestade para aplacar a ira Divina, e agradecer aos Senhor tantos benefícios (pag. 35 e 281)

Providencia XIV – Dão-se meios mais conducentes para a reedificação da cidade. (pag. 37 e 317) (LISBOA, 1756)

A primeira providência, referia-se ao receio real de que os mortos, sejam eles cadáveres inteiros ou fragmentados, humanos ou de animais, pudessem fazer com que a peste voltasse a cidade. Segundo Lisboa (1756) o acúmulo das águas que não conseguiam retornar ao mar em função das ruínas também era um problema.

Ordenou ao Duque Regedor das Justiças, (Senhor do Sangue, das virtudes da Casa Real) que sem demora nomeasse desembargadores, os quais distribuídos pelos bairros da cidade, dessem pronto remédio a enterrar os mortos, ora obrigando (se preciso fosse) ora persuadindo a todos um ofício tão recomendado pela religião. (LISBOA, 1765)

E não somente os militares, funcionários públicos e agentes reais foram convidados a trabalhar, os Párocos, foram incentivados a convidar todos aqueles que estivessem em condição a ajudar “tanto os mortos quanto os vivos”, auxiliando no sepultamento dos corpos ou na “saída das águas mortas, desentulhando as praças e ruas” (LISBOA, 1756)

E a limpeza urbana era urgente e fundamental, não apenas para o transporte do socorro e dos próprios alimentos e remédios, mas também para que conseguissem parar os focos de incêndios. “O número certo dos cadáveres, em cujo enterro se ocupou a piedade Cristã, nunca pode contar” (LISBOA, 1756)

A segunda providencia era garantir que, apesar de toda catástrofe, ninguém morresse de fome. “Entrou logo a caridade a socorrer os vivos, para que a fome em tempo de tal perturbação, e penúria não fizesse acabar aqueles, que vendo-se com vida, se

“julgavam felizes entre tantas misérias” (LISBOA, 1756). Muitos alimentos foram doados de fora da cidade, ou encontrados nos entulhos e distribuídos. Além disso o Rei abriu Editais públicos ordenando que não fossem alterados os preços dos víveres, mantendo-se os valores de antes do desastre.

Não só deu o Rei livre de qualquer direitos todo o pescado, mas enviou diversos Fidalgos a várias terras a fim de que delas remetessem mantimentos para cuja condição fácil e pronta mandou dar todos os meios possíveis, assinando até os lugares certos da venda deles em sítios favoráveis a grande dispersão do povo. (LISBOA, 1756)

Apesar de todo o cuidado do Rei, ainda ocorreram extorsões e comércio ilícito, ao que foi prontamente castigado. Segundo Lisboa, o castigo era pesado e servia como exemplo para que ninguém tivesse intenção de tirar proveito da desgraça alheia. (LISBOA 1756)

Dando sequência as ações de socorro, a terceira providência era curar feridos e doentes. Segundo Lisboa (1756) os celeiros do Mosteiros dos Monges Beneditinos, os do Conde de Castelo Melhor e o Palácio de D. Antão de Almada foram usados como enfermarias públicas, além das que conseguiram se safar do incêndio no Hospital Real de todos os Santos.

Não foram tumultuarias (quais sofreram aqueles tempos) as Providencias, que cederam a esta necessidade; antes se passaram com tanta prudência e acordo que não se confundiram em um mesmo lugar os sexos, os feridos e os enfermos de diverso mal. Todos experimentaram com liberalidade a piedosa grandeza do Rei, sendo assistidos de prontos remédios, cirurgiões e enfermeiros. (LISBOA, 1756)

Assegurar a mão de obra necessária para a reconstrução de Lisboa era a quarta Providência, de tal modo que todos aqueles que tentavam fugir e desertar foram interceptados e tiveram de voltar para a cidade. Cartas Circulares foram expedidas, a todas as Comarcas do Reino para que

Fizessem guardar as estradas e barcas de passagem com tal aperto, que nenhuma pessoa, de qualquer qualidade, e condição que fosse, pudesse avançar seu caminho, e sair do Reino, ou ainda dentro dele passar de uma para outra província, sem levar passa que lhe franqueasse as estradas, e que entre estes aqueles homens que viviam do seu ínfimo serviço ao povo, estes viessem logo reconduzidos em levadas até serem entregues nesta corte. (LISBOA, 1756)

A Providência nº 5 visava mitigar os danos causados por criminosos que, tendo saído das cadeias arruinadas, ou sobrevivido aos tremores, furtava o que restava de casas, igrejas, prédios públicos e até mesmo transeuntes, gerando ainda mais pânico e sofrimento. “Porém eles, como gente habituada em iniquidades, vendo os templos, e as casas desertas, tais roubos, e sacrilégio executaram (...) constou, que a maior parte

destes malvados tinha fugido com os roubos” (LISBOA, 1756)

Cartas Circulares, foram expedidas, informando sobre a necessidade de captura dos criminosos, que deveriam ser encaminhados ao Duque, para que fossem castigados e servissem de exemplo, inibindo futuros atos criminosos. Muitas pessoas, foram levados à corte, e enforcados em praça pública. (LISBOA, 1756)

A Providência nº 6 buscava coibir os roubos pelo mar, temendo que “se transportassem os roubos para os navios, ou para a outra parte do rio nas embarcações da carreira e nelas os ladrões e facínoras escapassem.” (LISBOA, 1756) Para resolver tal questão, o Rei mandou expedir um Edital Público proibindo que saísse do Rio, nem atravessar para o outro lado, qualquer barco ou navio, “sob pena de morte, excetuando só aqueles que apresentassem seu passe, o qual teria vigor unicamente para o mesmo dia, em que fosse expedido” (LISBOA, 1756)

Considerando que não somente a cidade de Lisboa foi destruída pelo desastre, a Providência nº 7 era buscar socorro para as outras cidades tão afetadas quanto, promovendo a segurança alimentar, tratando os doentes, recolhendo e enterrando corpos e protegendo a comunidade (LISBOA, 1756). Para cumprir com todas as Providências, a oitava, mandava vir algumas tropas do Reino para servirem aos trabalhos pesados.

A 9ª Providência trabalhava o restabelecimento das pessoas, conseguindo meios de que retomassem à vida. Buscando alojamento e a recuperação dos negócios, o Rei determinou que fossem proibidas as aposentadorias, também proibiu que se alterassem os valores dos aluguéis das casas, lojas e armazéns, e atribuiu penas àqueles que estabelecessem contratos abusivos. Também foram proibidos os monopólios e contrabandos de madeira e, para evitar essa situação, toda a madeira do Reino tornou-se livre de impostos. Muita madeira foi retirada do Brasil, principalmente do Maranhão e do Grão Pará, também da Ilha da Madeira e de outras províncias. A madeira foi usada na construção dos alojamentos e reconstrução da cidade.

A décima Providência foi restabelecer os serviços religiosos. Ordenou-se, pois, que todas as Igrejas restantes fossem examinadas e verificada a solidez da estrutura, foi autorizada que voltassem as celebrações religiosas, mas as pessoas, ainda com medo de tudo que havia acontecido, não frequentavam as missas da mesma forma.

O Rei então, aproveitando a abundância de material de construção que havia em Lisboa, ordenou que novas Igrejas fossem construídas, desta vez mais sólidas e seguras. (LISBOA, 1756)

Com a construção de novas instituições religiosas, a Providência XI pode ser realizada: “recolher as Religiosas que vagavam dispersas e dar-lhes a possível clausura.” Os conventos da Ordem Franciscana e Dominicana foram completamente arruinados e as freiras andavam dispersas, “correndo a mesma desgraça do povo, um número considerável das Esposas de Cristo”. (LISBOA, 1756)

Com a prontidão que pedia a gravidade da matéria, se escreveram Cartas Circulares aos Prelados das Religiões, que tem em sua obediência Mosteiros de Religiosas, para que sem demora evitassem o público escândalo, recolhendo todas as suas subditas a um lugar clausurado, onde a observância da sua Regra servirem a extinguir, e não a provocar a indignação do Senhor, a quem se dedicam. E aquelas, que tivessem parentes, ou pessoas do seu conhecimento, de cuja louvável vida contasse ao certo, estas poderiam interinamente ficar em sua companhia, fazendo de suas casas clausuras, enquanto não tornassem para seus conventos. (LISBOA, 1756)

Apesar de toda coibição de violência, havia um risco para mulheres solteiras e desacompanhadas. A preocupação em resguardar as freiras, também se referia a coibir este tipo de situação abusiva. (LISBOA, 1756)

A Providência XII é referente ao suprimento de necessidades diversas.

Como não nos foi fácil reduzirmos as classes em que vão divididas estas memórias, outras muitas providencias, que se deram logo nos primeiros dias, e nos meses seguintes à fatal consternação, compreendendo em uma classe distinta diversas resoluções avulsas, passadas em benefício e comodidade do público, para lhe suavizar (quando possível fosse) o mal extremo que padecia. (LISBOA 1756)

Foi solicitado que a prioridade de combate ao fogo fosse direcionada aos prédios públicos e, logo após, a realização de aceiros para evitar que o fogo se espalhasse ainda mais. Restabeleceram os tribunais de justiça, liberou os impostos para os gêneros secos e molhados e deu apoio financeiro para recuperação dos comércios.

A décima terceira Providência foi a consagração de voto público à Nossa Senhora. Este seria um meio de aplacar a ira Divina, agradar a Igreja Católica e os fiéis e, finalmente, a décima quarta providência, que discute a reedificação da cidade. (LISBOA, 1756)

Justo é que demos fim a estas memórias, onde será colocado a termo as principais Providencias do nosso incomparável Monarca. Era em seu Real animo ardentíssimo o desejo de se proceder à reedificação da Cidade por uma nova planta, digna da Capital do seu Reino, mas a mesma gravidade do negócio se opunha à pronta execução dos desejos. Para se dar princípio a

esta grande obra já no mesmo ano fatal, e nos seguintes haviam baixado diversos decretos, pelos quais a posteridade honrará a heroica fama do Rei e do seu sábio Ministério. (LISBOA, 1756)

Menos de um mês depois do desastre, ainda no dia 29 de novembro de 1755, ruas, praças, casas e demais edificações foram medidas e analisadas, de modo que as que ainda pudessem ser aproveitadas, foram mantidas e as restantes demolidas e os entulhos retirados, para reedificar a cidade de forma diferente a que os habitantes haviam conhecido. Ao Engenheiro Mor, foi dada a ordem de medir os declives e aproveitar os entulhos para aterrar as ruas, nivelando os locais. (LISBOA, 1756)

Ao tempo, que os Oficiais Engenheiros se ocupavam nestas medições, trabalhava um grande número de obreiros a fazer tratáveis as ruas principais da Cidade, entulhadas com as ruínas, e porque se viu, que a gente era pouca para tão dificultoso trabalho, acrescentando muitos mais soldados, se pos pronto um grande número de trabalhadores, todos ocupados só naqueles Bairros, de que mais precisava o tráfego do povo. (LISBOA, 1756)

Até mesmo as edificações destinadas a moradias de aluguel foram proibidas de serem erigidas em qualquer um dos bairros afetados pelo terremoto e incêndio, ou seja, embora essas casas fossem necessárias, era preciso seguir as determinações legais, inclusive, os princípios construtivos estabelecidos para as novas edificações.

Em 10 de fevereiro de 1756, uma Ordem Real determinou que “fossem sem demora, demolidas à custa de seus donos as casas, que se achassem edificadas depois do primeiro edital”.

O objetivo era que a cidade fosse reconstruída de forma mais segura e eficiente. Não se tratava de apenas subir paredes de qualquer forma para assegurar o lucro aos senhores. (LISBOA, 1756)

5. A RECONSTRUÇÃO DE LISBOA

Assim que possível (retirados os entulhos e corpos das ruas) a cidade começou a ser reconstruída. As discussões em torno do que deveria ser feito, começaram no dia seguinte ao desastre.

De acordo com Molesky, até mesmo cogitou-se uma mudança para o Brasil

Num momento de desanimo, ao fitar as ruínas de Lisboa uns dias depois da catástrofe, D. José anunciou perante quantos o quisessem ouvir que tomara a decisão de mudar a sua casa e a sua cidade para o Maranhão no nordeste do Brasil. Ninguém, evidentemente, fez fé no soberano. É que, apesar de sua lucrativa indústria de açúcar e tabaco e dos seus campos e florestas abundantes de cacau, índigo e cravinho, o Maranhão era terra distante, desprovida de infraestrutura e, pela proximidade com o equador, opressivamente quente. (MOLESKY, 2015, pg.335)

Transferir a capital para o Brasil, possivelmente foi uma decisão baseada na angústia de ver Lisboa coberta de cinzas e entulho e prontamente foi descartada. No entanto, outras sugestões, como transferir a capital para Braga, foram cogitadas. (MOLESKY, 2015)

(...) mas a reconstrução de Lisboa no seu local de origem, onde só a limpeza dos escombros iria demorar anos, era, algo praticamente impossível.

Mas Pombal e D. José não tiveram outra hipótese senão escolher o impossível. O rei não podia abandonar a capital em seu pior momento. A consciência do dever obrigava-o a estar junto dos seus súditos e a secundá-los nos dias, semanas, meses e anos de dificuldades que estivessem por vir. (MOLESKY, 2015 pg.336/337)

A área de abrangência do desastre era muito extensa e necessitava ser reconstruída de modo a tornar-se mais segura. As figuras 04a e 04b apresentam o que era a cidade de Lisboa antes do Terremoto.

Figura 04 a – representação da cidade de Lisboa antes de 1755.



Fonte: autoria não identificada – Biblioteca Nacional de Lisboa

Figura 04b – Mapa com a localização da área afetada.



Fonte: <https://lisbonquake.com/blog/o-tsunami>

O desastre de Lisboa destruiu uma área de 63 hectares.

A área a tratar correspondia à parte central da cidade, a sua parte baixa, entre o Terreiro do Paço e o Rossio, e ainda uma zona urbana compreendida, a ponte, pela colina de S. Francisco, até às portas de Santa Catarina. (França 1989, p. 22.)

Para reconstrução, Pombal nomeou a equipe composta por Manuel da Maia, engenheiro-mor do reino, o coronel Carlos Mardel e o capitão Eugénio dos Santos, ambos engenheiros arquitetos.

(...) foram encarregados de fazer inventários dos direitos e reclamações de proprietários, além de terem que tomar decisões práticas para que as operações de sanidade e de remoção dos escombros fossem feitas em segurança (Kenneth, 2001, p. 42.)

Após vários meses de estudos, foram apresentadas várias possibilidades de reconstrução para a cidade.

Manuel da Maia teve por principal objetivo colmatar os principais problemas da cidade. Desta forma, seria cuidadosamente decidido o traçado e dimensão das ruas e praças, a estratégica posição, estrutura e arquitetura dos edifícios. Até mesmo, o local onde o centro da cidade iria ser construído, uma vez que a hipótese de deslocar o centro de Lisboa para Belém foi colocada, dada a fragilidade do terreno onde, anteriormente, estava situada, mas tal solução foi recusada por Pombal. (NOBRE, T. A Baixa de Lisboa: Reconstruída para os portugueses-Reconstruída para os turistas. 2020.)

Em 4 de dezembro foram apresentadas cinco possibilidades, com diferentes conceitos, que abrangiam desde a reconstrução da área afetada, tal qual era antes do desastre, até a proposta mais extrema, que era modificar completamente o cenário da região. (NOBRE, 2020)

As cinco propostas podem-se definir de forma crescente quanto à ousadia da intervenção. A primeira pouco alterava a cidade enquanto na última, propunha a construção da cidade noutra local distinto.

Efetivamente, as primeiras duas soluções respeitavam a estrutura arcaica da cidade antiga, sem oferecer uma remodelação urbanística ou construtiva, variando apenas na largura das ruas.

A terceira propunha uma cidade semelhante à anterior mas com edifícios mais baixos e ruas mais largas. Porém, na quarta solução mostrou-se mais radical nas suas intenções, propondo o arrasar de toda a parte baixa da cidade e elevando de modo suave o terreno com os entulhos, de forma a descer para o mar para que existisse um melhor fluxo das águas e para facilitar a relação com as partes mais altas que a rodeavam. (...)

Por fim, na última solução, propunha a construção de uma nova e organizada cidade no bairro de Belém, entregando a parte arruinada ao destino de se erguer livremente ao longo do tempo. (DUARTE, 2011, p. 21)

Maia e sua equipe acreditavam que reconstruir Lisboa em outra lugar seria a melhor possibilidade, no entanto essa hipótese foi imediatamente descartada.

Pombal queria reconstruir Lisboa, não criar uma nova cidade. No entanto, seu plano era ameaçado pelos construções irregulares que brotavam de todos os cantos. Sejam as barracas, casebres ou até mesmo estruturas mais elaboradas. Buscando evitar tal problema, em 30 de dezembro de 1755, foi publicado um Decreto que proibia novas construções, sob a ameaça de que fossem demolidas.

A dado momento Manuel da Maia percebeu que Pombal se tinha já decidido. Aquela demolição maciça e a limpeza dos escombros da Baixa eram sinais de que o centro da cidade iria ser reconstruído segundo um novo plano. Com o tempo, acabaria por oferecer uma solução tão inovadora quanto a transferência para a zona ocidental. A falta de precedentes para uma tal

tarefa revelava-se um problema. A quase completa destruição de uma grande cidade europeia era, de fato, extremamente rara, se não mesmo, inédita. (MOLESKY, 2015 pg.345)

A destruição de Lisboa e sua reconstrução foi assunto em toda a Europa e engenheiros e arquitetos de todas as partes discutiam como deveriam ser tomadas as medidas de segurança para a reconstrução.

Uma opinião sobre a reconstrução foi publicada no *The Gentleman Magazine*

1º A nova cidade deve ser construída sobre um terreno o mais plano possível, e as sete colinas, referidas numa descrição antiga, devem ser deixadas livres de todo o tipo de construção, como tantas áreas, em vez daquelas praças para onde as pessoas fugiram, porque elas não só irão proteger os fugitivos da queda das casas, como também das inundações decorrentes da subida do nível da água do mar.

2º as casas devem ser baixas e largas, porque é evidente que uma casa baixa e larga irá suportar melhor os tremores do que um alta, e que o centro de gravidade irá ficar preservado durante mais tempo no interior da estrutura.

3º as ruas devem ter três vezes a altura das casas, assim, supondo que as casas desabem de ambos os lados, os materiais não atingirão o centro da rua.

4º as coberturas devem ser planas e as paredes reduzidas ao longo dos vários andares, para que no seu interior fiquem perpendiculares de alto a baixo. (autor desconhecido, 1755, apud MOLESKY, pg.346)

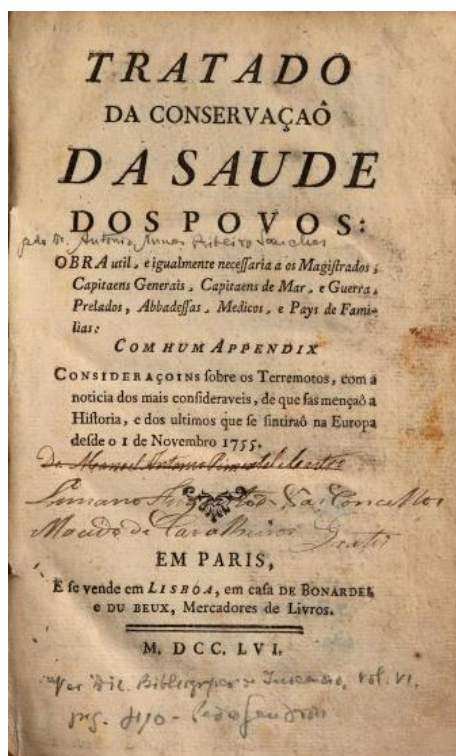
Para resolver as questões mais imediatas da construção, Manuel da Maia organizou equipes de arquitetos – Casa do Risco, para estabelecer os princípios da reconstrução da cidade.

Simetria, uniformidade e utilidade eram os princípios pelos quais se deveriam reger. (...) que as ruas sejam livremente desenhadas, e cada rua conserve a mesma simetria em portas, janelas e alturas. Eixos viários mais amplos ofereceriam melhor ventilação e facilitariam a evacuação dos habitantes em caso de desastre natural e aumentariam a luminosidade da Baixa, o que seria benéfico para efeitos de prevenção e criminalidade. Para aumentar a fluidez do tráfego, as ruas (de 40 palmos de largura) ficariam reservadas para cavalos, carroças e coches, enquanto peões e liteiras circulariam nos passeios (com dez palmos de largura) existentes em cada lado. (MOLESKY, 2019 pg.347)

Devido aos riscos de problemas de saúde e do grande avanço urbanístico que a tragédia trouxe no sentido de tornar o espaço urbano mais higiênico, Ribeiro Sanches escreveu o Tratado de Conservação da Saúde dos Povos, representado pela figura 05.

Figura 05 – Capa do Tratado da Conservação da Saúde dos Povos: considerações

sobre os terremotos, com a notícia dos mais consideráveis, de que faz menção a história, e dos últimos que se findaram na Europa, desde 1º de novembro de 1755.



Fonte: <https://www.estudosjudaicos.ubi.pt/rsanches obras/tratado saude povos.pdf>

Aos sobreviventes do cataclismo, recomendava o Dr. Silva uma dieta saudável, roupas limpas, muita desinfecção e uma atitude mental positiva, que poderia ser estimulada através da música. (MOLESKY, 2015, pag. 350)

Grandes desastres tendem a produzir inovações tecnológicas e soluções para problemas persistentes. Este tratado discutiu com veemência a questão das inundações, do “ar”, e da influência da água suja e dos materiais orgânicos deteriorados no urbanismo.

Uma de suas preocupações era a largura das ruas, a necessidade de ventilação nas cidades, o cuidado com o esgotamento de resíduos, entre outras coisas.

Poderá ser muitas vezes obrigar a irregularidade do terreno fabricar as ruas e as praças de forma diferente daquela que referimos: mas todas as dificuldades se devem vencer para que as ruas que atravessarem os vales ou lugares baixos da cidade sejam mais largas do que aquelas plantadas nos lugares levantados: todos os obstáculos devem dissolver-se para que as ruas e as praças sejam cobertas de boas e firmes calçadas, como todos os lugares públicos: que as águas da chuva, como as que servirão aos habitantes, tenham curso livre, e rápido por canais e cloacas. (SANCHES, 1756)

A reconstrução de Lisboa, é um esforço liderado por Pombal, mas idealizado por muitas pessoas. Os estudos de Sanches, trouxeram à tona a necessidade de se discutir um urbanismo interdisciplinar, que se preocupasse com as pessoas, os

edifícios, a saúde e as leis.

Persuado-me que se algum Magistrado compreender estes danos, que decretará leis para se conservar as cidades limpas por todos os meios possíveis. Devem-se considerar as ruas como os repositórios de todas as imundícies, ou que saem dos animais, ou que resultam das artes necessárias à vida civil: haveria em cada cidade, vila ou lugar lei inviolável que cada morador tivesse limpa cada dia pela manhã a fronteira da sua casa, com tanto rigor, que nenhuma sorte de estado, nem ainda Eclesiástico ficaria isento desta obrigação (SANCHES, 1756)

Parte do desastre de Lisboa, relaciona-se com a falta de planejamento urbano e com condições insalubres de habitação. O fogo que se espalhou rapidamente, poderia ter sido menos fatal se não houvesse tanto material combustível espalhado pelos espaços. Discutir a ocupação adequada, as questões sanitárias e a limpeza urbana, tornou-se com a reconstrução da cidade uma realidade presente. Tanto a frente das casas, as calçadas, quanto os quintais, deveriam ser limpos e livres de entulho e poeira.

Por evitar estes danos, que são tanto mais funestos, quanto menos neles se cuida, seria necessário mandar a cada morador depois de haver limpo a fronteira da sua casa, regá-la; e se o Magistrado achasse impossibilidade na execução, à custa do público teria carros com pipas de água, que regassem as ruas naquele tempo: não só esta precaução impediria o dano da poeira, mas ainda refrescaria a atmosfera, (SANCHES, 1756)

Se o desastre primário foi causado pelo terremoto, tsunami e incêndio, os maiores riscos de desastres secundários eram a peste e outras doenças. Limpar a cidade de entulhos, resgatar os corpos, queimar e enterrar os detritos foi suficiente para evitar a peste, graças ao incêndio, que destruiu a maior parte da matéria orgânica que ainda restava sob os escombros.

Sanches, em seu tratado, propôs que os magistrados, cientes dos riscos que haviam corrido com o desastre criassem normas onde

Seria proibido lançar pelas janelas de dia ou de noite água mesmo limpa ou imunda, cisco, ou qualquer outra matéria: todos seriam obrigados a trazer estas imundícies, e lançá-las contra a parede da mesma casa; a mesma severidade se devia ter com aqueles que lançassem nas ruas esterco, cascalho, calcinas, borras de vinho, azeite, bagaços, ou outra qualquer coisa fétida e hedionda, ou que causasse asco. O queimar palha, trapos, ou que causasse fumo ingrato seria proibido com igual rigor: e esta mesma limpeza se devia observar com especialidade nos lugares dos mercados e nas praças públicas. (SANCHES, 1756)

Além dos cuidados necessários com a higiene, Sanches (1756) sugere-se que seja criado um cargo para que um arquiteto fiscalize as edificações construídas e verifique se nelas estão sendo aplicadas as regras de higiene, principalmente relacionadas aos esgotos.

Todos estes defeitos se deviam remediar por autoridade pública, elegendo o Magistrado um Arquitecto destinado a visitar estes lugares subterrâneos, e deveria haver sempre neles uma janela, ou chaminé que comunicassem com o Ar livre. (SANCHES, 1756)

Em relação aos loteamentos, para resolver a questão de forma justa aos proprietários, definiu-se que

por avaliação de todo o terreno anteriormente construído, o valor duma unidade padrão (vara, ou palmo quadrado); cada proprietário teria direito a tanto no terreno da nova edificação como na anterior, podendo negociá-lo e comprar ou vender partes de novos edifícios a construir em parcelas de terreno a seu crédito. (...) Em caso de acordo impossível caberá ao rei construir por sua conta, indemnizando os proprietários (FRANÇA, 1989, p. 18-19.)

Em 1756, Manuel da Maia apresentou seis projetos para Pombal, com propostas de reconstrução da cidade.

“todos eles previam a substancial ampliação das ruas de Lisboa e a ligação direta do Rossio ao Terreiro do Paço. A cidade seria dividida em grandes blocos perpendiculares que proporcionariam estabilidade durante futuros terremotos e ofereceriam maior desafogo a lojas e serviços” (MOLESKY, 2015, pg. 350)

Repensar Lisboa e reconstruir a cidade de forma segura, seria um grande empreendimento a ser realizado, não só porque a cidade estava arrasada, mas porque ao se demolir o que havia sobrado, apagava-se também parte do patrimônio e da identidade imaterial daquelas pessoas. No entanto, apesar de qualquer dúvida sobre o assunto, o mais seguro seria, de fato, proteger as futuras gerações de um novo desastre.

O projeto escolhido foi o número cinco, de autoria de Eugénio dos Santos.

Para que tal fosse posto em prática, teria que se proceder à demolição total da parte baixa de Lisboa e, proceder-se à sua total renovação, com toda a liberdade para que fossem aplicadas novas técnicas e melhorias das condições de vida dos habitantes, sem quaisquer entraves. (NOBRE, 2020 p.43)

5.1 O Projeto nº 5

O projeto enfatizou a necessidade de reconstruir uma cidade de forma racional e planejada. As novas estruturas e edifícios seguiriam padrões sísmicos rigorosos para resistir a futuros terremotos.

Manuel da Maia propôs a separação das áreas residenciais, comerciais e industriais. Isso foi feito para melhorar a segurança e a qualidade de vida dos habitantes da cidade. O projeto previa a construção de avenidas largas e espaços abertos para facilitar a evacuação em caso de emergência e melhorar a circulação de ar.

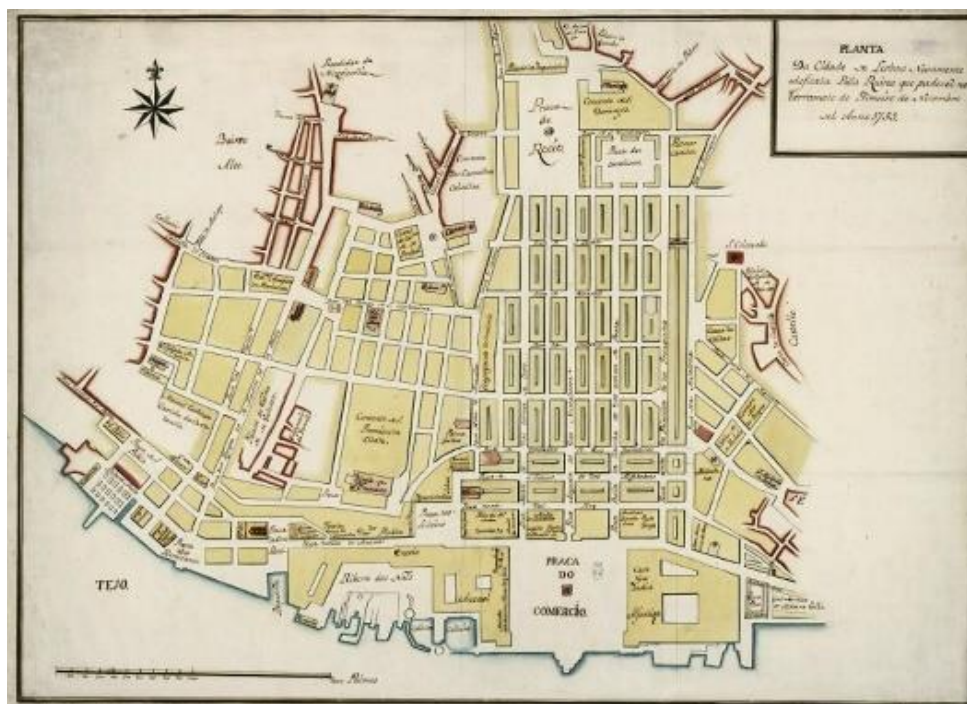
Além disso as novas construções seguiriam um estilo moderno padronizado, incorporando elementos de segurança e estética. O projeto também incluiu melhorias na infraestrutura da cidade, como sistemas de água e esgoto mais eficientes, ruas pavimentadas e iluminação pública. (NOBRE, 2020)

Apesar da grande preocupação ser mitigar novos desastres, a reconstrução levava em consideração também a importância da Beleza e das Artes, de modo que monumentos foram construídos e marcos foram instalados.

A proposta monumental para a praça ribeirinha estava de acordo com as utilizações previstas: aí se iriam instalar os órgãos governamentais e judiciais, a Bolsa do Comércio e a Alfândega. (...) o traçado das ruas enquadra o retângulo do Terreiro do Paço. A Praça do Rossio fica aproximadamente com metade da área da Praça do Comércio. O Rossio é ligeiramente rodado, ficando alinhado o seu lado oeste com o lado oeste do antigo Terreiro do Paço, e uma rua é desenhada perpendicularmente unindo o lado sul e norte das duas praças. Uma segunda rua, paralela à primeira, começa a meio do Terreiro do Paço e delimita o lado nascente do Rossio. Uma terceira rua tem início no Terreiro do Paço, e acaba a leste do Rossio, numa área que pertencia ao Hospital de Todos-os-Santos; mais tarde em 1775, nesta será criada a Praça da Figueira. (SANTOS, 2005 p.64)

A figura 06 retrata a planta criada para a cidade e o novo ordenamento urbano desenhado pela equipe de engenheiros e arquitetos.

Figura 06 – Planta do projeto nº 5 – Reconstrução de Lisboa.



Fonte: GetLisbon

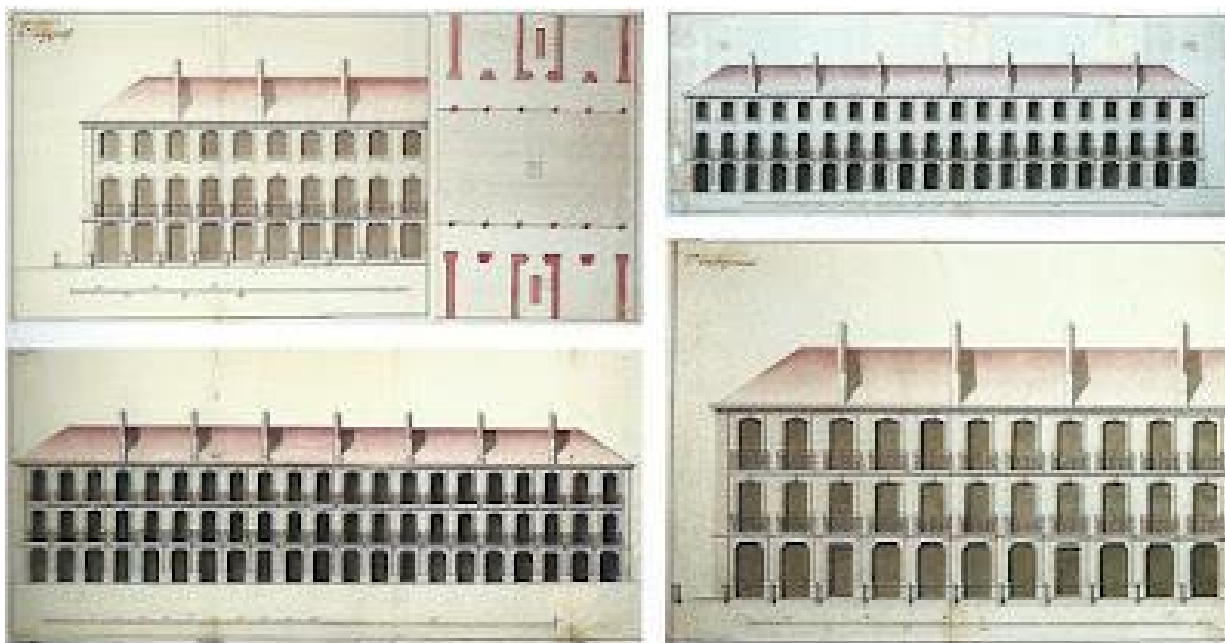
5.2 Edifícios

Após definir o traçado urbano, era necessário planejar como seriam construídas as

novas edificações. Foram criadas três modelos de fachadas. Estes modelos eram diferenciados pela elaboração, requinte e pormenores arquitetônicos, e localização: ruas principais, ruas secundárias e travessas. (NOBRE, 2020)

Assim, dentro duma tipologia constante destacam-se três espécies principais de imóveis, designáveis por tipo A, B e C. (figura 07) As estruturas destas fachadas e o seu esquema de composição eram idênticos, variando em pequenos detalhes.

Figura 07 apresenta a edificação tipo A, B e C

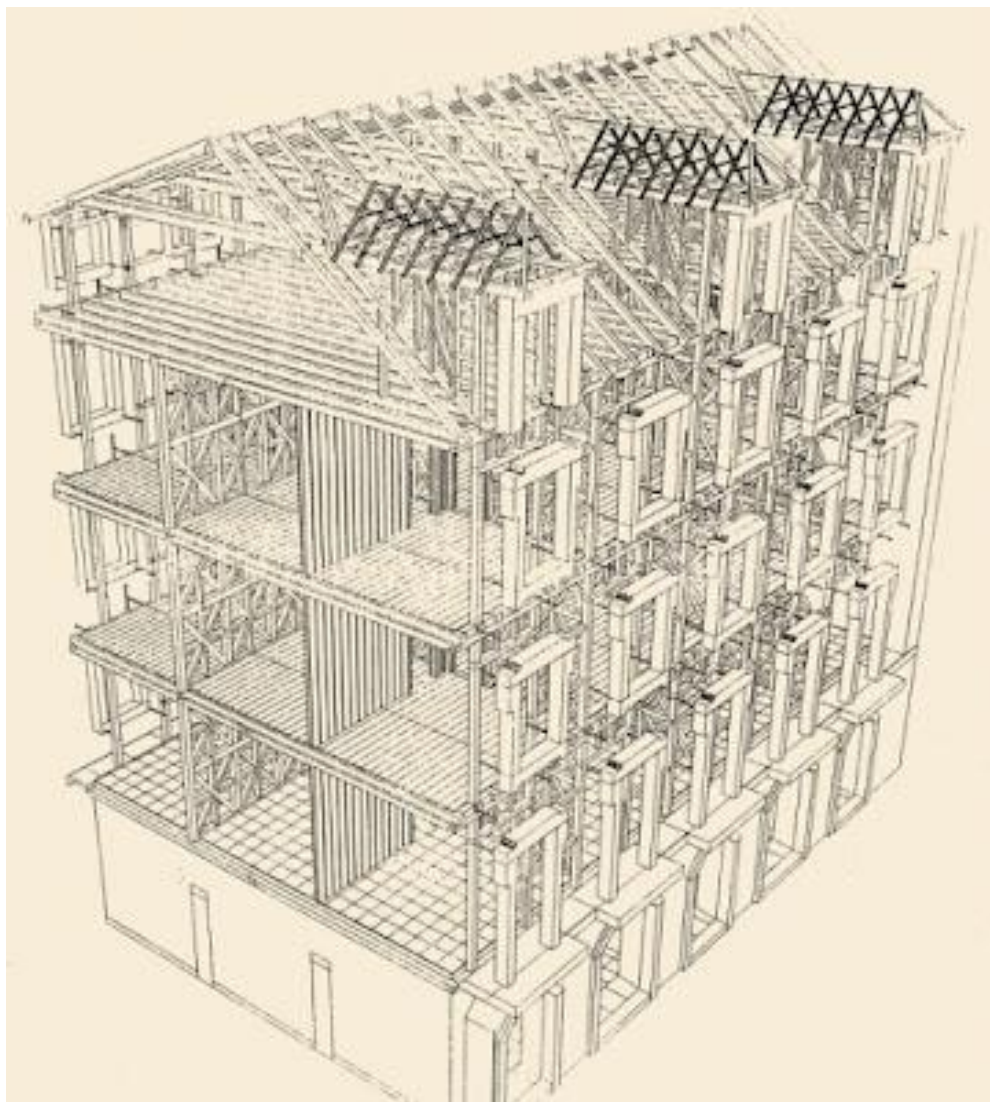


Fonte: <https://histgeo6.blogspot.com/2015/12/caracteristicas-da-lisboa-pombalina.html>

Apesar das edificações seguirem um padrão semelhante, pequenas diferenças são observadas, produzindo uma arquitetura de hierarquia rígida que dialoga com a hierarquia das próprias ruas a que são ordenadamente destinadas, tal qual uma cidade planejada.

Entre as inovações, destaca-se a Gaiola Pombalina, (figura 08 e 09) forma construtiva “representada por uma armação ou esqueleto de madeira, cujas barras diagonais, foram especificamente pensadas para absorver as vibrações provocadas por um abalo sísmico” (MOLESKY, 2015 pg. 352)

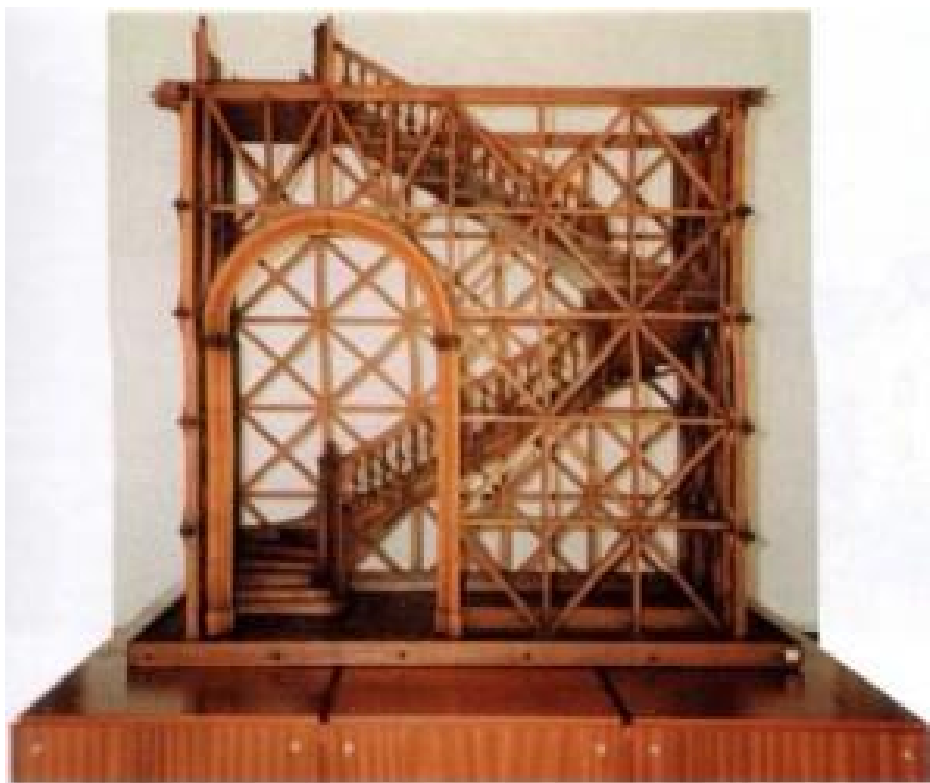
Figura 08 – Gaiola Pombalina - estrutural



Fonte: <https://baixapombalinafabiosilva.wordpress.com/gaiola-pombalina/>

A Gaiola é formada por vários painéis planos (frontais) que são compatibilizados por meio de prumos verticais comuns. Cada painel é composto geometricamente por um conjunto de triângulos, semelhante às treliças metálicas das estruturas modernas. Como o triângulo é a única figura geométrica que não pode ser deformada sem alterar o comprimento de seus lados, os painéis só precisam mobilizar a resistência axial das barras de madeira para suportar eficazmente tanto cargas verticais quanto horizontais em seu plano. A compatibilização dos diversos painéis planos ortogonais através de prumos verticais comuns cria uma treliça tridimensional capaz de suportar cargas em qualquer direção. Os frontais geralmente estão embutidos em painéis preenchidos com alvenaria e acabamento exterior, de modo que a estrutura de madeira geralmente não é visível. (DO CARMO, 2013)

Figura 09 – modelo em miniatura da gaiola pombalina



Fonte: <https://baixapombalinafabiosilva.wordpress.com/gaiola-pombalina/>

Ao comparar a gestão do Terremoto de Lisboa com outros desastres posteriores, observa-se que o Grande Incêndio de Londres, ocorrido em 1666, apresentou algumas semelhanças e diferenças. Tal como Pombal, a resposta ao incêndio envolveu a reconstrução com um planejamento urbano mais estruturado, com novas construções em tijolos em vez de madeira, para reduzir o risco de futuros incêndios. No entanto, a resposta ao incêndio de Londres não foi tão centralizada nem imediata quanto a de Pombal, com uma gestão de resíduos e corpos menos organizada e uma maior preocupação com a propagação de doenças.

O gerenciamento do Terremoto de Lisboa pelo Marquês de Pombal representa um marco na história da gestão de desastres, caracterizado por ações rápidas, centralizadas e focadas na reconstrução resiliente. Desastres posteriores beneficiaram-se de avanços tecnológicos e de comunicação, bem como de uma maior compreensão da necessidade de planejamento prévio e coordenação entre diversas agências. Contudo, os princípios básicos de resposta rápida, planejamento urbano e construção resiliente, estabelecidos por Pombal, continuam fundamentais na gestão moderna de desastres.

6. A GESTÃO DE DESASTRES E SUA RELAÇÃO COM AS PRÁTICAS POMBALINAS NO TERREMOTO DE LISBOA.

A gestão do Terremoto de Lisboa de 1755 pelo Marquês de Pombal foi considerada um dos primeiros exemplos de administração moderna de desastres. Em resposta ao terremoto, o Marquês de Pombal agiu rapidamente para restaurar a ordem e minimizar o caos. Ele imediatamente ordenou a remoção de corpos das ruas para evitar epidemias e organizou patrulhas para prevenir saques. Além disso, Pombal implementou um plano abrangente de reconstrução, com ênfase em novos métodos de construção resistentes a terremotos. Foi introduzido o sistema de construção denominado "gaiola pombalina", que consistia em estruturas internas de madeira projetadas para absorver o impacto dos abalos sísmicos. Estabeleceu-se também uma série de regulamentos rigorosos sobre a reconstrução, focando no planejamento urbano e na segurança. Lisboa foi redesenhada com ruas largas e bem planejadas, para facilitar a circulação e reduzir o risco de propagação de incêndios. Ademais, Pombal enviou questionários a todas as regiões afetadas para coletar dados sobre o impacto do terremoto, antecipando práticas modernas de avaliação de danos.

Outro exemplo é o Terremoto de San Francisco, em 1906, onde houve um esforço organizado de reconstrução com técnicas mais resistentes a terremotos, similar ao uso da gaiola pombalina. A resposta incluiu o rápido estabelecimento de ordem e a prevenção de saques, refletindo as ações de Pombal. Contudo, a resposta de San Francisco envolveu maior uso de tecnologia emergente da época e uma colaboração mais intensa entre os níveis de governo local e federal, diferenciando-se da abordagem centralizada de Pombal.

A gestão do Furacão Katrina, em 2005, também apresenta pontos de comparação. Tal como em Lisboa, houve uma necessidade urgente de remoção de corpos e limpeza para evitar epidemias, e a reconstrução pós-desastre envolveu planejamento urbano e construção de infraestruturas mais resilientes. No entanto, a resposta ao Katrina foi criticada por falta de coordenação e lentidão na resposta inicial, o que contrasta fortemente com a ação rápida e centralizada do Marquês de Pombal. Além disso, a gestão do Katrina envolveu múltiplas agências governamentais e ONGs, complicando a coordenação.

A resposta ao Terremoto e Tsunami do Japão, em 2011, destaca-se pela adoção de rigorosos padrões de construção resilientes a terremotos, semelhante a Lisboa. O

Japão mobilizou uma vasta gama de tecnologia moderna, sistemas de alerta precoce e um plano nacional altamente estruturado de resposta a desastres. Apesar das diferenças tecnológicas e organizacionais, a ênfase na reconstrução resiliente e na coleta de dados reflete princípios introduzidos por Pombal.

6.1 Gestão de risco de desastres – Defesa Civil, somos todos nós.

A gestão de risco de desastres, no que diz respeito à formação e evolução dos sistemas de defesa civil, está intrinsecamente ligada aos eventos da Segunda Guerra Mundial. Durante o conflito, a necessidade de proteger a população civil e manter a ordem em meio aos bombardeios e outras calamidades levou ao desenvolvimento de medidas organizadas para enfrentar emergências. (ALVES 2017)

Isso não significa que antes do século XX não havia medidas de enfrentamento a desastres, elas existiam, no entanto, não eram estabelecidas através de tratados internacionais, nem uniformizadas ou estabelecidas com parâmetros de segurança em todos os locais. (VEYRET, 2010)

Os desastres eram tratados como problemas locais e regionais, e os parâmetros de enfrentamento não incluíam as medidas de prevenção de risco. É fato que desde o terremoto de Lisboa, exclui a possibilidade de os desastres ainda serem considerados ações punitivas de um Deus bravo com seus súditos. Também a partir do desastre de Lisboa, os socorros começam a ser tratados como uma ação independente da igreja. Durante muito tempo, as Santas Casas e as missões de misericórdia eram as principais organizadoras dos socorros públicos. Com a gestão do terremoto de 1755, uma nova percepção de atuação da administração pública surge, incluindo as ações de saúde. Fato é que a Constituição do Império de 1825, engloba em seu último artigo, os socorros públicos às catástrofes. (ALVES, 2017)

O conceito de socorros públicos no Brasil, emerge oficialmente com a promulgação da primeira Constituição do Império, pode ser relacionado historicamente com a gestão de desastres evidenciada pelo Terremoto de Lisboa de 1755. Embora separados por décadas e contextos geográficos distintos, ambos os eventos refletem uma evolução no pensamento e nas práticas de resposta a emergências e desastres, destacando a importância da organização estatal na mitigação dos impactos de calamidades. A abordagem de Pombal na gestão de desastres influenciou outras nações e moldou as futuras abordagens de socorro e assistência em situações de emergência. (ALVES, 2017)

No Brasil, o conceito de socorros públicos destacou a responsabilidade do Estado em prover assistência e suporte às populações afetadas por calamidades. Este marco legal pode ser visto como uma continuidade e adaptação das práticas de gestão de desastres que estavam se desenvolvendo globalmente. A inclusão de socorros públicos na Constituição brasileira refletiu uma preocupação com a organização estatal e a necessidade de um sistema estruturado para responder a emergências, similar ao que foi observado em Lisboa após o terremoto. (ALVES, 2017)

A Segunda Guerra Mundial foi um ponto de inflexão significativo na gestão de desastres. Durante os anos de guerra, especialmente nas cidades sob constantes bombardeios, surgiu a necessidade urgente de sistemas organizados para proteger a população civil. Os governos começaram a implementar medidas de defesa civil, que incluíam a construção de abrigos antiaéreos, campanhas de blackout para dificultar a orientação dos bombardeiros inimigos, e a organização de equipes de resgate e primeiros socorros. Essas iniciativas foram precursoras das modernas estratégias de defesa civil e gestão de desastres. (ALVES, 2017)

No pós-guerra, com a reconstrução das nações devastadas, a experiência adquirida durante o conflito levou à formalização e institucionalização dos sistemas de defesa civil. A Guerra Fria e a ameaça de um conflito nuclear intensificaram ainda mais a necessidade de um sistema robusto de defesa civil. Nos Estados Unidos, por exemplo, a *Federal Civil Defense Administration* (FCDA) foi criada em 1950 para preparar a população para um possível ataque nuclear, estabelecendo uma estrutura que incluía planos de evacuação, abrigos nucleares e campanhas de educação pública. (ALVES, 2017)

Paralelamente, na Europa, a experiência da guerra e a subsequente reconstrução também levaram ao desenvolvimento de sistemas de defesa civil mais organizados. Países como o Reino Unido, que haviam desenvolvido extensas redes de defesa civil durante a guerra, continuaram a expandir e aprimorar essas redes. A defesa civil passou a incluir não apenas preparação para conflitos armados, mas também para desastres naturais, como inundações e terremotos.

A evolução da defesa civil nos anos seguintes foi marcada por uma mudança gradual do foco exclusivo na guerra e ataques nucleares para uma abordagem mais ampla, que incluía a preparação e resposta a desastres naturais e tecnológicos. Este processo foi acelerado por eventos catastróficos que demonstraram a necessidade de

sistemas de resposta eficazes. Por exemplo, o terremoto de 1960 no Chile, o mais forte já registrado, e o tsunami que se seguiu, sublinharam a necessidade de uma preparação melhorada e respostas rápidas. (ALVES, 2017)

Na década de 1970, o conceito de gestão de desastres começou a ganhar forma mais definida, com uma maior ênfase na mitigação e prevenção, a Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu o Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNDRR), inicialmente conhecido como Escritório das Nações Unidas para a Assistência em Desastres (UNDRO), com o objetivo de coordenar a resposta internacional a desastres e promover a redução de riscos. Este período também viu o desenvolvimento de políticas e legislações nacionais específicas para a gestão de desastres em muitos países. (ALVES, 2017)

Nos anos 1980 e 1990, a gestão de desastres continuou a evoluir, com uma crescente ênfase na resiliência das comunidades e na redução do risco de desastres. A Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (IDNDR) foi proclamada pela ONU para o período de 1990-1999, promovendo uma abordagem global para a redução do impacto de desastres naturais. Este período viu o aumento da colaboração internacional e o desenvolvimento de estratégias de mitigação e preparação. (ALVES, 2017)

No século XXI, a gestão de desastres passou a incorporar conceitos de desenvolvimento sustentável e adaptação às mudanças climáticas. A adoção do Marco de Sendai para Redução do Risco de Desastres 2015-2030 na Terceira Conferência Mundial das Nações Unidas sobre Redução do Risco de Desastres marcou um avanço significativo, enfatizando a necessidade de uma abordagem inclusiva e integrada para reduzir os riscos e construir resiliência. (ALVES, 2017)

A gestão de risco de desastres evoluiu consideravelmente desde a Segunda Guerra Mundial, passando de medidas administrativas, pontuais de defesa civil para sistemas abrangentes de gestão de desastres que integram prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação. Essa evolução reflete a crescente complexidade dos riscos enfrentados e a necessidade de abordagens multidisciplinares e colaborativas para proteger as populações e promover a resiliência global.

6.2 O século XXI e as ações de Gestão de Risco de Desastres

No início do século XXI, foi instituída a Estratégia Internacional para Redução de

Desastres (EIRD), a qual definiu quatro diretrizes de atuação.

- Aumentar a consciência para compreender o risco, a vulnerabilidade e a redução global de desastres;
- Obter o compromisso das autoridades públicas para implementar as políticas e diretrizes para redução de desastres;
- A formação de parcerias interdisciplinares e intersetoriais, incluindo a expansão da rede de redução de riscos; e
- Melhorar o conhecimento científico sobre redução de risco de desastres. (NAÇÕES UNIDAS, 2009 p. 32)

A EIRD surge como resultado das ações desenvolvidas durante a Década Internacional para Redução de Desastres Naturais, com destaque para a estratégia adotada em Yokohama. Esse período de intensa atividade e cooperação internacional proporcionou avanços significativos no conhecimento e na tecnologia relacionados à gestão de desastres, permitindo o surgimento de novas abordagens.

O Marco de Ação de Hyogo (MAH), concebido durante a Segunda Conferência Mundial sobre Redução de Desastres, realizada em Kobe, Japão, em 2005. O MAH foi um documento de grande relevância, sendo assinado por 168 países, o que o tornou o acordo mais amplamente aceito na história da gestão de desastres até então. Ele estabeleceu cinco prioridades para serem abordadas no período de 2005 a 2015.

Essas prioridades incluíam medidas como o fortalecimento da liderança nacional e local para a gestão de riscos, a integração da gestão de riscos de desastres em políticas, planejamento e processos de desenvolvimento, o desenvolvimento de sistemas de alerta precoce eficazes, o aumento do conhecimento e da conscientização sobre riscos e a redução dos fatores subjacentes que contribuem para o risco.

O MAH representou um marco na história da gestão de desastres, consolidando um compromisso global com a redução do risco de desastres e estabelecendo um roteiro para a ação nos anos seguintes. Suas prioridades e objetivos influenciaram significativamente políticas e práticas em todo o mundo, impulsionando esforços para aumentar a resiliência das comunidades e reduzir o impacto de desastres naturais e tecnológicos.

Prioridade 1: Fazer com que a redução de risco de desastre seja uma prioridade. Garantir que a redução de risco de desastre seja uma prioridade nacional e local com uma sólida base institucional para sua implementação. A colaboração é essencial.

Prioridade 2: Conhecer o risco e tomar medidas. Identificar, avaliar e observar de perto os riscos dos desastres, e melhorar os alertas prévios. O alerta

prévio salva vidas.

Prioridade 3: Desenvolver uma maior compreensão e conscientização. Utilizar o conhecimento, a inovação e a educação para criar uma cultura de segurança e resiliência em todos os níveis. O conhecimento local é essencial para redução de desastres.

Prioridade 4: Reduzir o risco. Reduzir fatores fundamentais do risco. O desenvolvimento da resiliência protege as comunidades.

Prioridade 5: Esteja preparado e pronto pra atuar. Fortalecer a preparação em desastres para uma resposta eficaz a todo nível. A preparação em desastres requer prática. (HYOGO, 2005 p.03)

O Marco de Ação de Hyogo (MAH) promoveu avanços significativos em todo o mundo. Sua clareza de diretrizes e amplitude de metas impulsionaram o progresso em várias regiões. Um destaque desse progresso foi a iniciativa global "Construindo Cidades Resilientes", que enfatizou a importância do contexto local na construção de um mundo mais seguro. (ALVES, 2017)

Essa campanha, iniciada em 2010, tinha como objetivo capacitar os gestores locais para lidar com os riscos, fornecendo diretrizes essenciais para fortalecer a resiliência das cidades (UNISDR, 2012).

Em 2013, ocorreu a IV Plataforma Global para Redução de Riscos e Desastres, em Genebra. Este evento tinha como propósito elaborar e estabelecer as novas concepções para o período pós 2015. (ALVES, 2017)

Em 2015, foi introduzido o Marco de Sendai, apresentado na terceira Conferência das Nações Unidas para Redução de Risco de Desastres, com eficácia entre os anos de 2015 e 2030. (ALVES, 2017)

O Marco de Sendai recomenda a gestão de risco baseado em quatro prioridades de ação:

Prioridade 1: Compreensão do risco de desastres

Prioridade 2: Fortalecimento da governança para gerenciar o risco de desastres

Prioridade 3: Investir na redução de risco de desastres para resiliência

Prioridade 4: Melhorar a preparação para dar resposta eficaz e reconstruir melhor: recuperação, reabilitação e reconstrução (SENDAI, 2005 p.04)

A Gestão de Risco de Desastres, estabeleceu uma cultura sob cinco pilares: prevenção, mitigação (ações que ocorrem durante o risco), preparação, resposta e reconstrução (ações durante o desastre). Estes, podem ser relacionados à gestão de Pombal durante o Terremoto de 1755.

6.3 A história como guia: terremoto de 1755 e sua influência na gestão de riscos hoje.

Lisboa demorou muitos anos para ser completamente reconstruída. Segundo Paice (2010) a reconstrução física da cidade, incluindo a criação da Baixa Pombalina com sua famosa estrutura de quadrícula, levou cerca de 20 anos para ser concluída. No entanto, a reconstrução completa, que abrangeu não apenas a infraestrutura física, mas também a restauração da vida econômica e social da cidade, continuou ao longo das décadas seguintes. Estima-se que a total recuperação e revitalização de Lisboa, incluindo a construção de novos edifícios e a reestabelecimento de seu papel como centro político e comercial, levou aproximadamente 30 a 40 anos.

O final do século XVIII é também o momento em que ocorre a revolução francesa, a independência dos Estados Unidos e vários movimentos sociais e políticos na humanidade. Os avanços científicos e tecnológicos, bem como os conceitos administrativos e políticos adotados na ocasião do desastre, foram divulgados e espalharam-se, chegando principalmente nas Colônias portuguesas, que começaram a adotar medidas construtivas e até mesmo implementar Decretos e Leis visando a segurança dos espaços.

O terremoto de Lisboa de 1755 teve uma influência significativa na arquitetura do Brasil nos anos posteriores ao desastre. A devastação causada pelo terremoto levou à implementação de novos métodos de construção mais resistentes a desastres, muitos dos quais foram aplicados nas colônias portuguesas, incluindo o Brasil. (Molesky 2010)

Após o terremoto, o Marquês de Pombal introduziu regulamentos rigorosos de construção em Lisboa, que incluíam técnicas para aumentar a resistência sísmica dos edifícios. Esses métodos de construção, conhecidos como "gaiola pombalina", incluíam uma estrutura interna de madeira que dava flexibilidade aos edifícios e os tornava mais resistentes a tremores (DO CARMO, 2013). Essas técnicas construtivas, relativas às gaiolas foram gradualmente adotadas nas construções no Brasil, em especial no Nordeste e no Rio de Janeiro, com a chegada da Família Imperial. (FIGUEIREDO, 2014)

O plano de reconstrução de Lisboa, com ruas largas e retas, praças amplas e uma disposição racional dos edifícios, serviu de modelo para o planejamento urbano em várias cidades brasileiras. Esse estilo de planejamento urbano, que priorizava a

organização e a acessibilidade, influenciou o desenvolvimento de novas áreas urbanas no Brasil. Além disso, a reconstrução de Lisboa marcou a transição do estilo barroco para o neoclássico na arquitetura. (NOBRE, 2015)

Durante o período colonial, o Rio de Janeiro passou por uma série de reformas urbanas que refletiam os princípios de planejamento urbano introduzidos na reconstrução de Lisboa. A disposição das ruas e a criação de praças amplas e bem definidas, como a Praça XV e a Praça Tiradentes, são exemplos do planejamento racional que se tornou característico após o terremoto de Lisboa. (figura 10)

Figura 10 – Mapa representando o Centro histórico do Rio de Janeiro - 1832



Fonte: Dicionário Histórico das Ruas do Rio de Janeiro"; Paulo Berger, ano: 1974.

Em Ouro Preto, a influência do estilo neoclássico pode ser vista nas reformas e construções de igrejas e edifícios públicos.

Além disso, o Maranhão, especialmente São Luís, também sentiu a influência das novas técnicas de construção. A cidade, conhecida por seu conjunto arquitetônico colonial, incorporou métodos de construção mais seguros e eficientes. As edificações

construídas ou reformadas após 1755 foram projetadas com maior atenção à durabilidade e segurança, seguindo os novos padrões estabelecidos em Portugal. (FIGUEIREDO, 2014)

Medidas sanitárias, em especial no Rio de Janeiro, foram implementadas ainda no início do sec. XIX, quando da chegada da família real. E com a primeira Constituição do Império do Brasil, surgiu também a menção jurídica dos Socorros públicos.

Mas é na gestão dos desastres que se percebe a correlação entre o desastre de 1755 e os atuais. “Salvar vidas, alimentar os famintos e cuidar dos feridos”, conforme determinou o Marquês de Pombal, tornou-se a base da Defesa Civil, que já não se restringe mais apenas aos grandes desastres, mas também aos menores.

O conceito de desastre pode ser definido como um evento súbito e catastrófico que causa danos significativos ao meio ambiente, à vida humana, à propriedade e às infraestruturas (UNISDR, 2012). Esse evento geralmente ultrapassa a capacidade de resposta das comunidades afetadas, exigindo a intervenção de recursos externos e assistência para recuperação.

Desastres podem ser classificados em duas categorias principais: naturais e tecnológicos (ou antropogênicos). Desastres naturais incluem eventos como terremotos, furacões, inundações, secas e erupções vulcânicas. Já os desastres tecnológicos ou antropogênicos resultam de atividades humanas e incluem acidentes industriais, derramamentos de óleo, falhas de infraestrutura, entre outros. (UNISDR, 2012).

É caracterizado pela sua intensidade, extensão e duração. A intensidade refere-se à severidade do evento, a extensão diz respeito à área geográfica afetada e a duração envolve o período durante o qual os efeitos do desastre são sentidos. Causam impactos diretos e indiretos: os diretos são os danos imediatos e visíveis, enquanto os indiretos envolvem consequências de longo prazo, como crises econômicas, sociais e ambientais. (ALVES, 2016)

A gestão de desastres envolve um conjunto de práticas e políticas destinadas a reduzir os riscos, mitigar os impactos e facilitar a recuperação. Isso inclui a preparação, resposta imediata, recuperação e reconstrução após o evento. A resiliência das comunidades e a capacidade de se adaptar e se recuperar de desastres são componentes cruciais na minimização dos danos e na promoção de uma recuperação

sustentável.

Durkheim (1983) afirma que os fatos sociais são estruturas que tendem a se repetir em diversas sociedades. Na natureza, os eventos adversos também se repetem, não sendo possível determinar quando, apenas estimar, através de análise de dados rigorosamente catalogados, a probabilidade de sua ocorrência.

O terremoto de 1755 não foi o primeiro nem o último evento adverso que atingiu Portugal. Talvez, tenha sido o de maior proporção, com maior número de pessoas atingidas e maior repercussão por todo o mundo.

Conceitualmente os desastres eram tidos como punição divina, logo, não havia preparação além de oração, missas, promessas e sacrifícios em prol da segurança e do perdão divino.

Essas práticas foram modificadas após o desastre.

6.3.1. Medidas preventivas

Foram adotadas através do planejamento urbano novas tecnologias construtivas, práticas sanitárias corretas etc.

A prevenção é uma ação realizada anterior ao desastre, visando a Gestão dos Riscos. Ruas estreitas, construções irregulares e insalubres foram, na região da Baixa Pombalina, substituídas por outras, ordenadas, largas, com imóveis de sólidas estruturas.

Não significa que toda Lisboa foi reconstruída e que todos os locais de ruas estreitas e tortuosas foram demolidos. É possível observar, não só em Lisboa, mas em várias cidades, sejam elas de origem portuguesa ou não, os traçados medievais, com espaços para carroças e cavalos. A prevenção busca coibir que locais que representem risco, ou seja, estejam vulneráveis de alguma forma aos desastres, permaneçam como estão.

O Chile, localizado no Cinturão de Fogo do Pacífico, é um dos países mais sísmicos do mundo, além disso constantemente enfrenta tsunamis e incêndios florestais. Comparativamente, suas medidas de proteção estabelecidas na atualidade, em muito se assemelham àquelas adotadas por Portugal.

O Chile possui algumas das mais rígidas normas de construção antissísmicas do mundo. Regularmente atualizadas com base nas mais recentes pesquisas científicas

e tecnológicas, de modo que todas as novas construções utilizem técnicas e materiais que possam resistir aos tremores. (ASSUMPÇÃO, 2011)

As técnicas de engenharia sísmica incluem o uso de estruturas de aço e concreto reforçado, isolamento de base (*base isolators*), amortecedores sísmicos e outras tecnologias que permitem que os edifícios absorvam e dissipem a energia dos terremotos, minimizando os danos estruturais. (ASSUMPÇÃO, 2011)

Além disso, possui fiscalização rigorosa, respeitando os códigos de construção, com inspeções regulares realizadas para garantir que os edifícios atendam aos padrões exigidos. (ASSUMPÇÃO, 2011)

6.3.2. Medidas de mitigação

Medidas de mitigação realizadas através do zoneamento da cidade, identificando as áreas de maior risco, forma implementadas em Lisboa. A proibição de materiais combustíveis acumulados nas ruas, implementação de áreas verdes, largos, praças e jardins evitando que, em uma situação de incêndio, o fogo se propagasse com a mesma intensidade e rapidez, são exemplos. Além disso, áreas verdes e espaços abertos reduzem a densidade urbana e proporcionam áreas de refúgio em caso de emergência.

Foram iniciadas campanhas educacionais para ensinar a população sobre medidas de segurança durante terremotos e outras emergências. Isso incluiu a criação de procedimentos de evacuação e a distribuição de guias de segurança para informar os cidadãos sobre como agir em caso de desastre.

Estas mesmas medidas podem ser observadas em diferentes locais. No Chile, por exemplo, a sinalização para desastres é observada por todos os espaços. Nas áreas litorâneas placas indicativas são observadas em diversos locais. (ASSUMPÇÃO, 2011)

6.3.3. Medidas de preparação, resposta e recuperação

Estão diretamente ligadas à gestão do desastre, ou seja, ocorrem após ou durante o evento adverso.

Estas também foram observadas em 1755 e constantemente ocorrem na atualidade, “Enterrar os mortos e dar de comer aos vivos”, como disse Pombal.

6.3.4. Medidas de preparação

Caracteriza-se pelo treinamento das equipes de resgate; a implementação de alertas visuais e sonoros; reservas financeiras para desastres corriqueiros, reservas em bancos de alimentos, entre outras medidas. Organizar equipes, definir tarefas e estabelecer comandos foi uma das prioridades em 1755. Ter uma liderança única, que assume o direcionamento do desastre, é importante para evitar que várias ordens sejam dadas e que informações trocadas possam ocorrer.

Na atualidade, é procedimento padrão o estabelecimento do Posto de Comando e do Sistema de Comando de Operações, além da implementação de sistemas de alerta precoce e redes de comunicação eficientes para disseminar informações rápidas e precisas sobre ameaças iminentes e orientações de segurança. Isso pode incluir sirenes, sistemas de mensagens de texto em massa, aplicativos móveis e outras tecnologias que permitem alertas rápidos à população.

A Defesa Civil Nacional possui alertas de riscos de desastres para todo o território nacional, sendo necessário apenas o cadastramento dos celulares, através de uma mensagem de WhatsApp.

6.3.5. Medidas de resposta

Geralmente ocorrem através das forças militares, sejam elas a Polícia Militar ou Corpo de Bombeiros Militar, mas podem também ocorrer através da sociedade civil, através de voluntários que auxiliam em resgates e buscas.

Em 1755, todas as pessoas que não estivessem feridas, foram mobilizadas para realização de resgates e resposta ao desastre, seja para enterrar mortos, limpar ruas, construir barracas, distribuir alimentos ou atender os feridos.

Atualmente, no desastre que ocorreu no Rio Grande do Sul, duas situações merecem destaque: na primeira, a falta de um posto de comando consolidado, fez com que informações paralelas ocorressem, atrasando a entrega das doações e dos suprimentos. Na segunda, por se tratar de cidades distantes e de baixa população, tão logo a inundação começou, voluntários estabeleceram uma força tarefa para promover o resgate e a acomodac o das famílias em local seguro. A rápida resposta assegurou que o número de mortos permanecesse baixo. (RIO GRANDE DO SUL, 2024)

6.3.6. Medidas de reconstru o

São conflituosas, principalmente no que tange aos interesses imobiliários. No caso de

Lisboa, a cidade arrasada pelo fogo e desmoronamento, pôde ser reconstruída em sua maior parte, mas não sem conflitos ou disputas judiciais (PAICE, 2010).

Na atualidade não é diferente. Petrópolis é uma das cidades serranas do Rio de Janeiro que anualmente sofre com as chuvas e os desmoronamentos. Não há como impedir que chova, nem que o terreno ceda. A única opção segura seria retirar a população das áreas de encosta, reconstruindo em outro local. No entanto, a própria população não aceita esta medida.

Já o desastre de Mariana, que ocorreu em 2015, destruiu completamente o distrito de Bento Rodrigues, sendo reconstruído em um local diferente, distante do rumo da Barragem. No entanto, as críticas à reconstrução são muitas e abordam temas importantes como afetividade, memória, ancestralidade e patrimônio cultural, material e imaterial, coisas que são impossíveis de serem reconstruídas. Reconstruir melhor e com maior segurança é sempre a prioridade da gestão de desastres.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muitos são os paralelos entre as situações ocorridas em 1755 e a gestão de desastres atual: Avanços tecnológicos, científicos, políticos, sanitários, administrativos.

Há uma correlação entre o Terremoto de Lisboa e a forma como os desastres foram respondidos posteriormente. Seja pela ausência da punição divina, pelo estabelecimento dos Socorros públicos através da administração pública ou na compreensão da necessidade de reconstruir melhor e mais seguro. (ALVES, 2017)

Os desastres, tanto o de Portugal quanto os atuais, estimulam a produção científica a buscar soluções ou mecanismos de amenizar suas consequências nefastas. O terremoto possuía uma gestão complexa, que envolvia vários setores da administração pública e da sociedade civil. Pode-se entender como um avanço tecnológico e científico a própria administração do caos. O gerenciamento dos desastres primários e dos riscos secundários produz uma sensação de segurança necessária em uma pós catástrofe.

A Gestão de Desastre passou a comporta-se de forma semelhante no tempo e no espaço, a partir de 1755. A frase de Pombal, fria, direta e rigorosa, apresentou uma solução prática para uma situação difícil de enfrentar: a catástrofe.

Saber lidar com situações limites é uma característica importante em um gestor, principalmente que lida com algo tão importante quanto a vida humana. Retirar Deus da equação do desastre foi um dos avanços mais importantes: Se Deus não está enviando uma praga, um castigo ou um flagelo, é possível se opor, organizar e gerir a situação.

A definição de uma liderança, numa espécie de Posto de Comando orgânica, permitiu que toda a gestão, ou seja, os mais amplos assuntos e direcionamentos, se concentrassem numa única pessoa.

Construir abrigos seguros, prover alimentos, limpar os espaços, recolher entulhos e enterrar os corpos humanos e de animais, assegurou a saúde e a qualidade de vida dos sobreviventes, voluntários e agentes de segurança que estavam servindo. Baixar Decretos aliviando impostos e regulamentando mercados, evitou a fome, a falta de roupas, materiais de construção, remédios e outras coisas necessárias à reconstrução.

Durante a pesquisa pode-se observar que a forma como os Estados geriam seus desastres diverge uma das outras. Desde o entendimento de um desastre, através da análise de complexidade (grandes ou pequenos desastres) até a permanência das questões religiosas.

Estudar outros desastres que ocorreram após 1755 e analisar sua gestão pormenorizada, comprovará a existência de uma linha de procedimentos bem estabelecidos. Não somente na Europa, mas em todo o mundo ocidental. Em especial, no Brasil.

Desastres como a seca do Ceará do século XIX, os incêndios florestais que ocorreram em Minas Gerais no mesmo período, poderiam trazer um novo olhar sobre as políticas estabelecidas nacionalmente, inclusive sobre a existência de uma preocupação anterior a institucionalização da Defesa Civil em 1942, ainda que com nome diferente, mas igual finalidade.

A GRD ou de forma institucionalizada, a Defesa Civil, deve ser compreendida como uma política pública, sistêmica, que envolve a sociedade como um todo.

A Defesa Civil, somos todos nós.

REFERENCIAS

ALMEIDA, T. **Lisboa destruída**: Poema. Officina de Antonio Rodrigues Galhardo. Lisboa; 1803. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3966.pdf> acesso em: 29 jun. 2023

ALVES, Helena Rosmaninho. **A gestão de risco de desastres naturais no Brasil**: face às mudanças sociais e ambientais desencadeadas pelo processo de urbanização. Editora Prisma. Curitiba, 2016

ALVES, Helena Rosmaninho. **A gestão de riscos e desastres como parte integrante da política de proteção dos bens culturais de Belo Horizonte**, dissertação de mestrado – UFMG. Escola de arquitetura – 2016

AMADOR, F. **O terramoto de Lisboa de 1755**: Coleções de textos do século XVIII História, Ciências, Saúde. <https://doi.org/10.1590/S0104-59702007000100014> acessos em 29 jun. 2024.

ASSUNÇÃO, Paulo. **A reconstrução da cidade de Lisboa e os tratados de arquitetura**. Revista Integração, v.16, n.60, p.15-33, 2010

ASSUMPÇÃO, Marcelo. Terremotos e a convivência com as incertezas da natureza. **Revista USP**, n. 91, p. 76-89, 2011.

AZEVEDO, J. L.de. **O Marquês de Pombal e sua época**. Lisboa: Clássica Ed., 1990.

BROWN, David. et al. **501 Desastres mais devastadores de todos os tempos**. Trad. Catharina Pinheiro. 1ª edição brasileira. São Paulo: Editora Lafonte, 2012.

CHAGAS, P. **O Terramoto de Lisboa**: Romance original. Livraria Editora de Mattos Moreira. Lisboa; (1874).

DEL PRIORI, M. **O mal sobre a terra**: Uma história do terremoto de Lisboa. Topbooks. Rio de Janeiro; (2015).

DO CARMO, Luis Manuel Moreira. **As ligações da madeira em estruturas históricas: estudo sobre a Gaiola Pombalina**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade de Tras-os-Montes e Alto Douro (Portugal). Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/23d8037aed1b03441d4a67c3f9d64f23/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y> acesso em: 04 jul. 2024

FIGUEIREDO, Margareth. Influência pombalina na morfologia urbana de São Luís do Maranhão. *Convergência Lusíada*, Rio de Janeiro, v. 25, n. 32, p. 168-180, 2014. Disponível em: <https://www.convergencialusiada.com.br/rcl/issue/view/5> acesso em: 05 jul. 2024

FREIRE, Francisco José, C.O. 1719-1773, **Memorias das principaes providencias, que se deraõ no terremoto, que padeceo a Corte de Lisboa no**

anno de 1755, ordenadas, e oferecidas à Majestade Fidelissima de Elrey D. Joseph I. Nosso Senhor / por Amador Patrício de Lisboa. - Lisboa: [s.n.], 1758. - [30], 155 [i.e. 355], [1] p. ; 2º (34 cm) disponível em: https://purl.pt/6695/6/hg-8302-a_PDF/hg-8302-a_PDF_24-C-R0150/hg-8302-a_0000_capa-capa_t24-C-R0150.pdf acessos em 29 jun. 2024.

GARCÍA ACOSTA, Virginia. **Divinidad y desastres.** Interpretaciones, manifestaciones y respuestas. 2017. <http://dx.doi.org/10.14198/RHM2017.35.02> acessos em 29 jun. 2024.

HYOGO: **Marco de Acción de Hyogo para 2005-2015:** aumento de la resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres. Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas. Hyogo, 2005. Disponível em: www.eird.org/cdmah/contenido/hyogo-framework-spanish.pdf acesso em: 18 jun. 2023

MALAGRIDA, G. (1756). Juizo da verdadeira causa do terremoto, que padeceo a corte de Lisboa no primeiro de novembro de 1755. Oficina de Manoel Soares. Lisboa; disponível em: <https://ia804707.us.archive.org/18/items/1756G.MalagridaJuizoDaVerdadeiraCausaDoTerremoto/%281756%29%20G.%20Malagrida%20-%20Juizo%20da%20verdadeira%20causa%20do%20terremoto.pdf> acessos em 29 jun. 2024.

MENDONÇA, J.J.M. (1758). **História Universal dos Terramotos que tem havido no mundo, de que há notícia...** Oficina de Antonio Vicente da Silva. Lisboa; disponível em: https://dn790005.ca.archive.org/0/items/historiauniversa00mend/historiauniversa00mend_bw.pdf acessos em 30 jun. 2024

MOLESKY, Mark. 2019. **O abismo de fogo. O grande terramoto de Lisboa ou o apocalipse na idade da ciência e da razão.** Tradicional. Maria Isabel Jacquinet. Lisboa: Relógio d'Água Editores.

MORGANTI, B. (1756). **Carta de um amigo para outro, em que se dá succinta notícia dos efeitos do Terremoto, succedido em o Primeiro de Novembro de 1755.** Com alguns principios fisicos para se conhecer a origem, e causa natural de semelhantes phenómenos terrestres. Offic. Domingos Rodrigues. Lisboa; disponível em: <http://scrinium.artenumérica.org/pt/libri/morganti-terremoto/morganti-terremoto.150dpi.pdf> acessos em 29 jun. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**, 1945. ONUBR, 2016. Disponível em: nacoesunidas.org/carta/ acesso em 15 mai. 2024

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração de Direitos Humanos**, 1945. UNITED NATIONS HUMAN RIGHTS, 2016. Disponível em: www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf acesso em: 15 mai. 2023

NAÇÕES UNIDAS. **Resolução nº 44/236 de 22 de dezembro de 1989 da**

Assembleia Geral das Nações Unidas. Institui a Década internacional para a redução de desastres naturais. 1989. Disponível em: www.cinu.org.mx/temas/2005/desas_nat/NR055718.pdf . Acesso em: 02 mar. /2023

NOBRE, Tânia Isabel. **A Baixa de Lisboa: Reconstruída para os portugueses-Reconstruída para os turistas.** 2015. Dissertação de Mestrado.

O terramoto de Lisboa de 1755: colecções de textos do século XVIII. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2007, vol.14, n.1, pp.285-323.ISSN 0104-5970. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702007000100014>. Acesso em: 05 mar. 2023

PAICE, Edward. **A ira de Deus: A incrível história do terremoto que devastou Lisboa em 1755.** Trad. Márcio Ferrari. Rio de Janeiro: Record, 2010.

PEDEGACHE, M.T. (1756). **Nova e fiel relação do terremoto que experimentou Lisboa, e todo o Portugal no 1 de novembro de 1755.** Oficina de Manoel Soares. Lisboa;disponível em: https://purl.pt/21921/4/422376_PDF/422376_PDF_24-C-R0150/422376_0000_rosto-24_t24-C-R0150.pdf acessos em 29 jun. 2024.

PINHEIRO, Eduardo Gomes. **Gestão pública para a redução dos desastres: Incorporação da variável risco de desastre à gestão das cidades.** Curitiba: Appris, 2015.

ROSA, L. **O terramoto de Lisboa e a invenção do mundo.** Presença. Lisboa; 2004.

ROSSA, Walter. **“Do plano de 1755-1758 para a Baixa Chiado.”** *Monumentos.* 2004.

SANCHES, António Nunes Ribeiro. **Tratado da conservação da saúde dos povos.** em casa de Bonardes e Du Beux, Mercadores de Livros, 1756.

SANTOS, L.R. **Pensar a catástrofe, pensar a atualidade:** Os ensaios de Kant sobre o terremoto de Lisboa. Stud. Kantiana, 2016.

SENDAI: **Marco de Sendai 2015 – 2030.** Estratégia Internacional para laReducción de Desastres, Naciones Unidas. Sendai, 2015. Disponível em: www.unisdr.org/files/43291_spanishsendaiframeworkfordisasterri.pdf acesso em: 09 jun. 2023

SHRADY, Nicholas. **O último dia do mundo:** Fúria, ruína e razão no grande terremoto de Lisboa de 1755. Trad. Paula Berinson. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

SOARES, Á.T. **O Marquês de Pombal.** Brasília: Universidade de Brasília, 1983.

SOUSA, F.L.P. de. **O Terremoto de 1 de novembro de 1755 em Portugal e um Estudo Demográfico,** vol. 4 (of 4), Lisbon: Tipografia do Comércio. 1919

SOUZA, Simone Elias de. **Os socorros públicos no império do Brasil 1822 a 1834.** 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Ciências e Letras de

Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2007.

TAVARES, R. ***O pequeno livro do grande terramoto***. Lisboa: Tinta-da-China. 2005

ULTRAMARI, Clovis. **Um acidente e duas perspectivas analíticas**: o Grande Terremoto de Lisboa e os estudos de Edward Paice e de Rui Tavares. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612013000300012>. Acesso em: 02 mar. 2024

UNISDR: **Como construir cidades resilientes**: um guia para gestores públicos locais. Nações Unidas. Genebra, 2012. Disponível em: acesso em: 03 set. 2022

UNISDR: **Marco de Acción de Hyogo para 2005-2015**: aumento de la resiliencia de las naciones y las comunidades ante los desastres. Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas. Hyogo, 2005.

UNISDR: **Marco de Sendai 2015 – 2030**. Estrategia Internacional para la Reducción de Desastres, Naciones Unidas. Sendai, 2015.

VOLTAIRE. **O desastre de Lisboa (terramoto de 1755)**. José Maria Alves, 2010. Disponível em: acesso em: 08 abr. 2023

YIN, Robert K. **Desenho e métodos de pesquisa de estudo de caso** (5ª ed.). Thousand Oaks, CA: Sábio. 282 páginas. 2014.